



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
ESCOLA DE DIREITO, TURISMO E MUSEOLOGIA
DEPARTAMENTO DE MUSEOLOGIA
VALMIR ROGÉRIO COELHO

DISTRITO DE SANTO ANTÔNIO DO SALTO, OURO PRETO - MG: Um Breve
Estudo sobre o Inventário do Patrimônio Cultural, Material e Imaterial Local e a relação
com a Comunidade e o Poder Público representado pela Prefeitura Municipal de Ouro
Preto.

Ouro Preto – MG

2022

VALMIR ROGÉRIO COELHO

DISTRITO DE SANTO ANTÔNIO DO SALTO, OURO PRETO - MG: Um Breve Estudo sobre o Inventário do Patrimônio Cultural, Material e Imaterial Local e a relação com a Comunidade e o Poder Público representado pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Departamento de Museologia da Escola de Direito, Turismo e Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto (DEMUT/UFOP) como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Museologia. Orientador: Prof. Dr. Fábio Adriano Hering.

Linha de Pesquisa: Museologia e Patrimônio

Ouro Preto – MG

2022

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

C672d Coelho, Valmir Rogerio.

Distrito de Santo Antônio do Salto, Ouro Preto - MG [manuscrito]: um breve estudo sobre o inventário do patrimônio cultural, material e imaterial local e a relação com a comunidade e o poder público representado pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto. / Valmir Rogerio Coelho. - 2022.

110 f.

Orientador: Prof. Dr. Prof. Dr. Fábio Adriano Hering.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Escola de Direito, Turismo e Museologia. Graduação em Museologia .

1. Patrimônio Cultural. 2. Memória coletiva. 3. Reservas particulares do patrimônio natural. 4. Interpretação do patrimônio natural e cultural. I. Hering, Prof. Dr. Fábio Adriano. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 069

Bibliotecário(a) Responsável: Maristela Sanches Lima Mesquita - CRB-1716



FOLHA DE APROVAÇÃO

Valmir Rogério Coelho

Distrito de Santo Antônio do Salto, Ouro Preto - MG: um breve estudo sobre o inventário do patrimônio cultural, material e imaterial local

Monografia apresentada ao Curso de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Museologia

Aprovada em 07 de janeiro de 2022

Membros da banca

Prof. Dr. Fábio Adriano Hering - Orientador(a) - Universidade Federal de Ouro Preto
Prof. Dr. Célio Macedo Alves - Universidade Federal de Ouro Preto
Profa. Dra. Vânia Carvalho dos Santos - Universidade Federal de Ouro Preto

Fábio Adriano Hering, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 15/06/2023



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Adriano Hering, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 15/12/2023, às 17:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0643164** e o código CRC **6CF41BFB**.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus por me dar força e confiança para acreditar no meu sonho e lutar por alcançar aquilo que acreditava. Não esquecerei o papel que a Universidade Federal de Ouro Preto teve ao longo de todo meu percurso e por isso agradeço os recursos e o apoio que sempre me ofereceram.

Aos professores e orientadores, eu deixo minha palavra de gratidão, reconhecendo a paciência e o esforço de todos, sem exceções. À minha família e a todos os amigos, eu agradeço, porque nunca duvidaram da minha capacidade e que participaram da realização do meu grande objetivo.

A minha namorada pela compreensão, companheirismo e apoio incondicional. Ao Arquivo Municipal de Ouro Preto, em especial, a Helenice Oliveira. À Secretaria de Cultura de Ouro Preto, em especial, o Wilerson Noronha.

A todas as pessoas, que não mencionei, mas deixo claro que não foram esquecidas, pois se me tocaram de algum modo, tenham certeza, que agradeço com toda intensidade.

RESUMO

A cidade de Ouro Preto, declarada Patrimônio Cultural da Humanidade, é um destino brasileiro de amplo reconhecimento, tanto nacional, quanto internacional. Todos os dias o centro colonial da antiga capital das Minas Gerais se enche de turistas e estudantes que buscam desvendar um pouco da história brasileira, bem como ampliarem sua importância sobre patrimônio histórico-cultural. A cidade é um dos principais destinos do estado e guarda receptáculos como senzalas, minas subterrâneas, casarões e prédios públicos que contam e recontam eventos significativos da história nacional. No entorno há treze distritos, todos vocacionados para a prática de ecoturismo, do turismo rural, do geoturismo e de esportes e aventuras. Um desses treze distritos trata-se de Santo Antônio do Salto, localizado próximo à Santa Rita de Ouro Preto, numa área de serras, cachoeiras e matas preservadas. Assim o presente trabalho, empreendido no Campo da Museologia e Patrimônio busca apresentar o Patrimônio Cultural de caráter material e imaterial do Salto, distrito do município de Ouro Preto e a relação destes com a comunidade, com vistas à promoção de sua divulgação, legitimando ações de conservação da memória e identidade dos moradores. Como basicamente o distrito se fundamenta na agricultura, o turismo responsável e sustentável poderá trazer nossas possibilidades de desenvolvimento para a região, tirando-a do anonimato, sem descaracterizações ou degradação.

Palavras chave: Patrimônio Cultural; Patrimônio Natural; Memória, Identidade e Preservação.

ABSTRACT

The city of Ouro Preto, declared a World Heritage Site, is a Brazilian destination with wide recognition, both nationally and internationally. Every day, the colonial center of the former capital of Minas Gerais is filled with tourists and students who seek to unravel a little of Brazilian history, as well as expand its importance on historical and cultural heritage. The city is one of the main destinations in the state and holds receptacles such as slave quarters, underground mines, mansions and public buildings that tell and retell significant events in national history. In the surroundings there are thirteen districts, all dedicated to the practice of ecotourism, rural tourism, geotourism and sports and adventures. One of these thirteen districts is Santo Antônio do Salto, located near Santa Rita de Ouro Preto, in an area of mountains, waterfalls and preserved forests. Thus, the present work, undertaken in the Field of Museology and Heritage, seeks to present the Cultural Heritage of a material and immaterial nature of Salto, district of the municipality of Ouro Preto and their relationship with the community, with a view to promoting its dissemination, legitimizing actions of conservation of the memory and identity of the residents. As the district is basically based on agriculture, responsible and sustainable tourism will be able to bring our development possibilities to the region, taking it out of anonymity, without mischaracterization or degradation.

Keywords: Cultural Heritage; Natural patrimony; Memory, Identity and Preservation.

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

CCP - Conselho Comunitário de Pastoral

CF - Constituio Federal

IBPC - Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural

IEF - Instituto Estadual de Florestas

INRC - Inventário Nacional de Referência Cultural

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UNESCO - Organizao das Naes Unidas para a Educao, a Ciência e a Cultura

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Museu Nacional em chamas no Rio de Janeiro (2018)	24
Figura 2 - Prédio da antiga Casa de Câmara e Cadeia de Vila Rica.....	26
Figura 3 - O Carnaval de rua em Ouro Preto – MG	29
Figura 4 - Celebrações da fé na Semana Santa em Ouro Preto – MG.....	32
Figura 5 - Ecoturismo em Ouro Preto, Minas Gerais.	34
Figura 6 - Usina hidrelétrica Caboclo e Usina hidrelétrica do Salto	40
Figura 7 - Vista da infraestrutura urbana a partir de algumas Ruas	41
Figura 8 - Vista da Serra de Lavras Novas e do Vale do Rio Mainart	42
Figura 9 - Igreja de Santo Antônio	45
Figura 10 - Vista do Alto Praça Santo Antônio.....	45
Figura 11 - Escola Municipal Aleijadinho e Museu Theodoro Xavier	48
Figura 12 - Foto da Pedra de Santo Antônio - Vista da Estrada de Chegada ao Distrito (indicada pela seta).....	48
Figura 13 - Foto da Pedra de Santo Antônio - Vista do Alto do Cânion (indicada pela seta)	49
Figura 14 - Fachada Principal Capela Nossa Senhora dos Remédios	53
Figura 15 - Interior da Capela Nossa Senhora dos Remédios (Altar Mor)	53
Figura 16 - Imagem Nossa Senhora dos Remédios Vista lateral esquerda e direita Vista posterior Vista frontal e lateral (sem vestimenta).....	57
Figura 17 - Detalhes da decoração do sino.....	59
Figura 18 - Imagem de Nossa Senhora da Conceição vista em ângulos diferentes e seus detalhes com sua base danificada	60
Figura 19 - Imagem de São José carregando o Menino Jesus vista em ângulos diferentes, e sobre uma pedra de granito fixada na parede	62
Figura 20 - Imagem de Santo Antônio em ângulos diferentes	64
Figura 21 - Imagem do Senhor dos Passos com e sem vestimentas.....	65
Figura 22 - Vista frontal e lateral da Imagem de Nossa Senhora da Guia (com e sem vestimenta) e detalhes da cabeça	67
Figura 23 - Vista frontal e lateral do crucifixo	69
Figura 24 - Vista frontal e lateral do crucifixo Jesus Cristo crucificado.....	70
Figura 25 - Vista posterior e lateral do andor.....	72
Figura 26 - Vista da Igreja de Santo Antônio Localização do sino de bronze e contrafeito de madeira Detalhamento da decoração do sino com Datação, flores e letras em alto relevo	73
Figura 27 - Residência I - Fachada principal.....	75
Figura 28 - Residência II - Fachada principal	76
Figura 29 - Residência III - Fachada principal	77
Figura 30 - Residência IV - Fachada principal e Fundos da edificação	78
Figura 31 - Folia e Charola.....	80
Figura 32 - Residência V - Fachada principal	82

Figura 33 - Fachada vista em dois ângulos (principal lateral) do imóvel onde funcionava o antigo armazém.....	83
Figura 34 - Clube Fachada principal	85
Figura 35 - Visão geral da Cachoeira do Fundão	87
Figura 36 - Visão Frontal da cachoeira do Teodoro	89
Figura 37 - Vista lateral da Cachoeira do Toninho Córrego Gentio	90
Figura 38 - Passarela, Cascata do Canal do Rio Maynart e Usina do Funil.....	92

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. ABORDAGEM CONCEITUAL.....	16
1.1. Patrimônio, Memória e Identidade.....	18
1.2. Patrimônio Cultural Material.....	28
1.3. Patrimônio Cultural Imaterial.....	30
1.3.1. Para além do Patrimônio Cultural Material e Imaterial: conceitos do Patrimônio Natural.....	32
1.4. Inventário.....	37
2. LEVANTAMENTO DE DADOS.....	39
3. PATRIMÔNIOS MATERIAIS E IMATERIAIS DA COMUNIDADE DE SANTO ANTÔNIO DO SALTO.....	52
4. CONCLUSÃO.....	94
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	98

INTRODUÇÃO

Esta monografia busca realizar uma análise do inventário de bens materiais e imateriais produzido pela Secretaria de Cultura da Prefeitura de Ouro Preto sobre a comunidade de Santo Antônio do Salto, pensando a partir dele sobre as formas de gestão do patrimônio e de novas formas de desenvolvimento sustentável para aquela região (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 35). Como ressalta Carolina de Souza Lima, com quem concordamos, a valorização do patrimônio local como atrativo turístico e elemento identitário local, é uma estratégia fundamental para estimular o respeito ao meio ambiente e aos valores artísticos, culturais e sociais de uma região (LIMA, 2015, p. 06-07). Ademais, também pensamos que entender o patrimônio cultural como recurso ativo de uma comunidade é, em consonância com o que os órgãos responsáveis compreendem como de relevância na preservação e divulgação da cultura das comunidades, fundamental para a “compreensão sócio-histórica” de suas “referências culturais em todas as suas manifestações”. Por conta disso, visamos também contribuir, com esse trabalho, para o “reconhecimento, (...) valorização e preservação” do patrimônio local (IPHAN, Educação Patrimonial, 2021; <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343>). De outra parte, também buscamos, finalmente, com nosso estudo, elaborar uma reflexão sobre o instrumento do inventário (aqui analisado como objeto de pesquisa, no caso de Santo Antônio do Salto), percebendo sua natureza, objetivos e especificidades, e apontando para os outros caminhos possíveis na documentação, estudo e gestão do patrimônio cultural.

Como graduando no curso de museologia encontrei nesta pesquisa, ligações de cunho pessoal ao tema, pois nascido e criado na região, ao associar os patrimônios culturais da comunidade, tanto os bens materiais e imateriais, em que histórias e casos repassados por meus pais e avós enalteceram meus conceitos de pertencimento, identidade e relação emotiva com minha comunidade.

Sendo assim, foi levado em consideração a discussão sobre patrimônio cultural observando diversas opiniões de autores conceituados nesse cenário.

Santo Antônio do Salto, é um distrito de Ouro Preto e está a 35 quilômetros de distância do centro histórico da cidade na direção sudeste (ESTADO DE MINAS, 2017, on

line). Localiza-se na latitude 20° 29' 50" Sul e longitude 43° 27' 40" Oeste e encontra-se a 800 metros de altitude (IBGE, 2020). Lugar ideal para passeios ecológicos, a beleza da paisagem natural no distrito impressiona (SITE IDAS BRASIL, 2015-a, on line). Vários sites de turismo como o Atrativos (2020, on line) descrevem um extenso e profundo vale por onde passa um rio, com confluência de inúmeros cursos d'água, formando várias corredeiras e quedas.

O início da história da região de Santo Antônio do Salto possivelmente remete ao fim do século XVIII, constituindo mais uma das inúmeras povoações consolidadas em função do ouro no centro das Minas Gerais (BIBLIOTECA DO IBGE, 2020, on line). A ocupação das localidades, que hoje compõem o distrito, se desenvolveu ao pé da Serra do Itacolomi, entre o Rio Maynarte e o Ribeirão dos Prazeres (CHAVES, 2007; OSTANELLO, 2012). Como em quase todos os povoados iniciados pela exploração mineral, a localidade do Salto começou sua expansão territorial junto aos primeiros achados auríferos, mas, ao contrário de Ouro Preto, a gênese pretérita não possui registros oficiais que relatem grandes datas, fatos e nomes (BIBLIOTECA DO IBGE, 2020, on line).

A metodologia utilizada foi a pesquisa baseada no referencial bibliográfico abordando o tema de patrimônio cultural e levantamento de dados utilizando arquivos públicos do Município de Ouro Preto, com ênfase no Inventário do Patrimônio Cultural do Distrito de Santo Antônio do Salto, que teve início no ano de 2008 e finalizado em 2010.

O inventário de bens materiais e imateriais de uma comunidade ou grupo possibilita a perpetuação e valorização de suas tradições e bens, pois a partir deste conhecimento pode se atribuir políticas de proteção e conservação; podendo se ter parâmetros a verificar se tais políticas estão sendo efetivas ou não e quais medidas devem ser aplicadas.

No primeiro capítulo, “Abordagem Conceitual” será apresentado conceitos e opiniões sobre Patrimônio, Memória e Identidade; Patrimônio Cultural Material; Patrimônio Cultural Imaterial; Para além do Patrimônio Cultural Material e Imaterial: conceitos do Patrimônio Natural; Inventário.

No segundo capítulo, “Levantamento de Dados”, é abordado o histórico do Distrito de Santo Antônio do Salto, apresentando alguns pontos da comunidade que mais se destacam.

No capítulo três, “Patrimônios Materiais e Imateriais da Comunidade de Santo Antônio do Salto”, é feita a apresentação do patrimônio cultural e natural da comunidade,

com base no Inventário realizado pela Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio do Município de Ouro Preto.

Por fim, a conclusão aborda a relação de identidade e pertencimento da comunidade com seus patrimônios e o potencial turístico como fonte de renda sustentável para os moradores.

1. ABORDAGEM CONCEITUAL

A partir do amplo entendimento dos pressupostos legais expressos no artigo nº 216 da Constituição Federal de 1988, quando o povo brasileiro começou a reconstrução de sua nação, a democracia representativa deliberou sobre o patrimônio e a memória nacional declarando que “constituem patrimônio cultural brasileiro, os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico, fez com que o povo brasileiro se enveredasse na busca de sua identidade (BRASIL, 1988, on line).

Devido a grande extensão territorial do Brasil existe muita diversidade cultural fazendo que haja divergência sobre a definição de patrimônio cultural. Assim, por anos a fio nos Governos do Brasil o carnaval, futebol e samba, não passam de imagens que são vendidas para o exterior como riqueza cultural brasileira (OLIVEN, 2011, on line). Sem desqualificar a essência e a riqueza de cada um, não se pode generalizá-los como uma cultura nacional, ou pseudônimo de Brasilidade (NUSO, 2008). Cada recorte brasileiro, com suas diferentes categorias de tempo e espaço têm especificidades culturais que conferem riqueza e diversidade à nação (OLIVA, 2014, p. 68).

A página da Secretaria de Cultura do Estado de Alagoas (2020, on line) confabula que:

A palavra patrimônio vem de pater, que significa pai e tem origem no latim. Patrimônio é o que o pai deixa para o seu filho. Assim, a palavra patrimônio passou a ser usada quando nos referimos aos bens ou riquezas de uma pessoa, de uma família, de uma empresa. Essa ideia começou a adquirir o sentido de propriedade coletiva com a Revolução Francesa no século XVIII. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, o patrimônio cultural de um povo é formado pelo conjunto dos saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, que remetem à história, à memória e à identidade desse povo. O patrimônio cultural de uma sociedade é também fruto de uma escolha, que, no caso das políticas públicas, tem a participação do Estado por meio de leis, instituições e políticas específicas. Essa escolha é feita a partir daquilo que as pessoas consideram ser mais importante, mais representativo da sua identidade, da sua história, da sua cultura, ou seja, são os valores, os significados atribuídos pelas pessoas a objetos, lugares ou práticas culturais que os tornam patrimônio de uma coletividade (ou patrimônio coletivo).

A definição de patrimônio Cultural, segundo a Constituição Federal de 1988 foi pressuposto e ponto de partida para diferentes interpretações e produções acerca do que significa o Patrimônio Cultural e suas muitas manifestações e desdobramentos (ZANIRATO; RIBEIRO 2006, on line). De acordo com diretrizes concebidas no âmbito federal com desdobramentos efetivos nas demais esferas, destaca-se o artigo 216 da CF (BRASIL, 1988, on line):

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais incluem:

I - As formas de expressão;

II - Os modos de criar, fazer e viver;

III - As criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

IV - As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Após a década de 1980, tivemos importantes mudanças quanto à abordagem e interpretação dos conceitos de patrimônio os conjuntos urbanos passaram a ser visto como documentos, analisados a partir de seus processos sociais, econômicos e culturais coexistindo em várias temporalidades. Com isso um novo olhar da Museologia que veio a entender as relações humanas e a valorização do território como participativas no processo de patrimônio dentro dos museus. De acordo com José do Nascimento Júnior e Mário Chagas (2006), a Nova Museologia acentuou a dimensão política dos museus e a noção de que eles são processos de memória e poder, esquecimento e resistência, tradição e contradição. O alargamento do conceito de patrimônio e a abertura do diálogo com a comunidade estão intrinsecamente ligados à importância de se entender e preservar os lugares de memória.

Após a socialização do poder de memória – e a expansão da noção de patrimônio – a memória não é mais apenas um testemunho passando a ser passível de invenção na intenção de criar um pertencimento social. “A liquidação da memória foi soldada por uma vontade geral de registro” (NORA, 1993, p.16). A narrativa incorporada é usada para apoiar uma classe de pessoas a partir da memória coletiva na intenção de revalidar uma tradição. Inicia-se uma nova face da memória, ela impõe ao indivíduo reencontrar e relembrar o pertencimento social como base de identidade. “Nossa percepção do passado é a apropriação veemente daquilo que sabemos não mais nos pertencer. Ela exige a acomodação precisa sobre um objeto perdido” (NORA, 1993, p.20).

1.1. Patrimônio, Memória e Identidade

O patrimônio enquanto componente material e imaterial da memória coletiva inexistirá caso não seja preenchido de sentido e de significado, denotando a ideia de identidade e reciprocidade para com suas adjacências (POMPEU, 2016, p. 32). De acordo com Stuart Hall, em seu livro *A identidade Cultural da Pós-Modernidade*, 2006, o conceito de identidade mudou: do conceito ligado ao sujeito do Iluminismo para o conceito sociológico e, depois, para o do sujeito "pós moderno", Hall ainda nos traz que, o sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas. (HALL 2006, p 12).

Necessariamente, em relação ao vasto campo do turismo cultural brasileiro, Ouro Preto, declarada Patrimônio Cultural da Humanidade¹ se materializa no tempo e no espaço (SITE OURO PRETO, 2020, on line). Ao abordar a cidade, deve-se perpassar teoricamente as áreas de Cultura e Patrimônio, para que algumas definições e nuances se refaçam

¹ Um patrimônio da humanidade é um local considerado valioso para todo o mundo, independentemente de onde está localizado. Quem credita o título é a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). O patrimônio é classificado em cultural, natural ou misto. O cultural é composto por monumentos e grupos de edifícios ou sítios que tenham valor histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou antropológico. Até mesmo músicas podem ser consideradas patrimônio (veja na página 17). Natural vale para formações físicas, biológicas e geológicas excepcionais, habitats de espécies animais e vegetais ameaçadas e áreas que tenham valor científico, de conservação ou estético. Fonte: <http://revistagalileu.globo.com/Galileu/0,6993,ECT611093-1716-7,00.html>

(REPÚBLICA PORTUGUESA, 2020, on line). Acerca das tessituras relacionada ao termo identidade, Godoy e Santos (2014, on line) afirmam que:

Segundo Woodward (2009²), as identidades passam a ter sentido por intermédio da linguagem e dos sistemas simbólicos que formam o seu sistema de representação, que por sua vez, age simbolicamente para classificar, quantificar, relacionar etc. o mundo e nós mesmos. Para a autora, a identidade é relacional, depende da existência de algo fora dela para se formar; por isso, ela é marcada pela diferença, que é sustentada pela exclusão, pois se alguém é judeu, não pode ser muçulmano, e vice-versa; a identidade também é marcada por meio de símbolos, ou seja, há uma estreita relação entre a identidade de uma pessoa e as coisas que ela usa, por isso o edifício conceitual da identidade é simbólico, social e material. Além das dimensões simbólica, social e material, que contribuem para a formação e a manutenção das identidades, há também a dimensão psicológica, a qual está associada à posição e ao compromisso que o indivíduo assume com a sua própria identidade. A construção das identidades sociais ocorre no interior da representação, por meio da cultura, e não fora dela, ou seja, as identidades são produzidas pelos sistemas de representação. A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos (Woodward, 2009, p. 17). Desse modo, as práticas de significação geradoras de significados estão envolvidas também por relações de poder, pois, por meio dos sistemas simbólicos, relatam e dão forma ao processo de incluir e excluir e "fornecem novas formas de se dar sentido à experiência das divisões e desigualdades sociais e aos meios pelos quais alguns grupos são excluídos e estigmatizados. As identidades são contestadas" (Woodward, 2009, p. 19). De acordo com Woodward (2009), qualquer prática social é simbolicamente marcada, já as identidades são diversas e matizadas, tanto no que se referem aos contextos sociais nos quais elas são vividas quanto nos sistemas simbólicos por meio dos quais são dados sentidos às nossas próprias posições. No que tange à diferença, ela surge na fabricação das identidades, por meio tanto dos sistemas simbólicos de representação quanto pelas formas de exclusão social e, por isso, a identidade e a diferença são intrinsecamente dependentes.

Ouro Preto é referência no estado de Minas Gerais, no que tange as múltiplas atividades socioculturais ligadas direta e indiretamente ao patrimônio histórico, de sua identidade enquanto memória nacional e de sua vocação à destinação turística (SILVA, 2010, on line). Cenários do Brasil Colônia se alternam replicando acessos à um patrimônio de extrema relevância para a história nacional (BECHLER; PEREIRA; 2014, p. 69). A antiga capital mineira ainda se fundamenta basicamente em atrativos e serviços relacionados ao turismo cultural que define sua formatação em termos de características, importância, qualidade e aplicabilidade dos serviços gastronômicos/hoteleiros e de suporte e orientação (SITE OURO PRETO, 2020, on line). Ferreira (2011, p. 22) pondera que:

A prática do Turismo Cultural está em visitar localidades, com a finalidade de: conhecer e compreender a história do povo, a sua cultura, o seu idioma, seus

² WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. **Identidade e diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes Ltda, 2009. p. 7-72.

hábitos e costumes, a gastronomia, o folclore e crenças, a arte, o artesanato, a arquitetura, tradições que o constitui.

A cidade é amplamente movimentada durante o dia e à noite com vasta programação cultural (SITE OURO PRETO, 2020, on line). Um dos destaques são as visitas escolares, com ênfase em História do Brasil e aplicação juntos a discentes da educação básica (SILVA; NASCIMENTO, 2006, p. 06). Acerca das potencialidades locais para utilização em novas formas e formatos de trabalhos relacionados a outras modalidades de turismo, a cidade ainda se restringe à cultura material e ao patrimônio cultural, em especial, obras do Barroco Mineiro, bem como a historicidade da Inconfidência Mineira (COLÉGIO ARQUIDIOCESANO DE OURO PRETO, 2015, on line). Novas definições e usos sobre outros espaços se fazem presentes, mas, porém, é inerente lembrar que várias e complexas são os conceitos e as definições sobre a cultura e sobre os patrimônios cultural e natural (SITE OURO PRETO, 2020, on line).

Ferreira (2011, p. 19) discorre que:

A conceituação sobre determinado tema ou assunto se faz necessária, pois é somente a partir dela que conseguimos nos orientar sobre os fatores que influenciam ou determinam os desdobramentos e eventuais evoluções que ocorreram na sociedade. Neste sentido, definir cultura é um desafio. Existem dúvidas a respeito do critério que deve ser adotado para dizer o que é cultura. E o que deve ser realmente preservado? A ideia mais difundida é a de que, se o homem participou do processo que envolve o bem cultural, ele deve ser preservado para conhecimento e crítica, inclusive na posteridade. Segundo Fani (1999³), cultura é um universo historicamente criado decorrente da ação social.

Assim como a educação, e outros direitos fundamentais⁴, a cultura está presente em praticamente todas as atividades sociais e depende diretamente do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade (MEIRA, 1998, p. 61). A cultura brasileira passou por diferentes processos de afirmação e reafirmação, sendo destaque a Semana de Arte Moderna, em São Paulo ocorrida em 1922 e a redemocratização do país, após a Ditadura Militar no ano de 1988 (FERRON; ARRUDA, 2019, on line).

³ FANI, Alessandri Carlos; CRUZ, Rita de Cássia A. (Orgs). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

⁴ Por ser indissociável da cultura a comunidade da qual essa provém, a Constituição de um Estado é, acima de tudo, um fenômeno cultural, que reflete a formação, as crenças, as atitudes mentais, a geografia e as condições econômicas de uma sociedade. Simultaneamente, imprime-lhe caráter, funciona como princípio de organização, dispõe sobre direitos e deveres de indivíduos e de grupos que rege os seus comportamentos, racionaliza as suas posições recíprocas e garante a vida coletiva como um todo (MIRANDA, 2006 apud NATARELLI, 2010, p. 52).

A busca por uma nova sociedade, mais livre e democrática perpassa pela liberdade e pela diversidade cultural (LUCCHESI, 2013, on line). A sobrevivência de diferentes atividades econômicas, dentre elas, o turismo depende da cultura e da educação, pois diferentes processos turísticos exigem condutas e protocolos socialmente viabilizados pela convivência e, portanto, pela educação (REZENDE, 2014, p. 655).

Ferreira (2011, p. 19-20) pondera que:

Indivíduos de diferentes culturas podem ser identificados por seu modo de agir, vestir, pensar, falar, comer, dentre outras características. Essas práticas, hábitos e costumes são produtos de uma herança cultural. A cultura depende, portanto, de um aprendizado que consiste na reprodução de padrões estabelecidos por um grupo. “Poderíamos dizer que a identidade cultural é o conjunto de caracteres próprios e exclusivos de um corpo de conhecimentos, seus elementos individualizadores e identificadores, enfim, o conjunto dos traços psicológicos, o modo de ser e de agir de um grupo, que se reflete nas ações e na cultura material”. (PIRES, 2001, p. 102⁵).

Parafrazeando Durham apud Pellegrini Filho (1997, p. 92⁶), quando este averigua que o homem é um animal que pela sua condição biopsicossocial institui, através de complexos sistemas simbólicos, um ambiente artificial mentalmente criado, no qual está continuamente transformando e é transformado, a cultura é propriamente, esse movimento contínuo de criação, transmissão e reformulação desse ambiente artificialmente criado e simbolicamente constituído (FERREIRA, 2011, p. 19-20).-Porém nem tudo são flores, na redemocratização, pois há resistências históricas e enfrentamentos inevitáveis (LUCENA, 2017, p. 123). Para Ferreira, do ponto de vista da Antropologia e da Sociologia, “muitos grupos sociais, comunidades de indivíduos somente percebem o outro a partir de sua perspectiva, considerando assim, o seu modo de ser como o mais correto dentre todos os outros”. O autor verifica que esta tendência etnocentrista⁷ historicamente justificou atos de aculturação, alienação, aversão, escravização, conflitos, intolerância, racismo, visões unilaterais e xenofobismo. A sociedade, através do turismo cultural preza por práticas equilibradas e inclusivas, enfatizando a importância das relações socioculturais voltadas à

⁵ PIRES, Mário Jorge. **Lazer e Turismo Cultural**. Barueri: Manole, 2001.

⁶ PELLEGRINI FILHO, Américo. **Ecologia, Cultura e Turismo**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1997.

⁷ A palavra etnocentrismo designa uma forma de enxergar outra etnia (e suas derivações, como cultura, hábitos, religião, idioma e formas de vida em geral) com base na etnia própria. A visão etnocêntrica de mundo não permite ao observador de uma cultura reconhecer a alteridade e faz com que ele estabeleça a sua própria cultura como ponto de partida e referência para quantificar e qualificar as outras culturas. Disso se resulta, grosso modo, que o observador etnocêntrico vê-se como superior aos demais em aspectos culturais, religiosos e étnico-raciais. Fonte: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/etnocentrismo.htm>

promoção de medidas que evitem e/ou minimizem tensões (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 66).

A partir de diretrizes orientadoras equivalentes entre União, estados e Municípios, entende-se que das múltiplas dimensões pertinentes ao patrimônio cultural tem-se três eixos principais conforme detalhamento proposto por Ferreira (2011, p. 22):

1. É tudo aquilo construído pelo homem, individual ou coletivamente, no plano material e no imaterial;
2. Quando alterado, perde seu valor, sua unicidade, sua autenticidade e sua excepcionalidade;
3. Carece de constante conservação, manutenção e preservação, sendo política pública de inestimável valor e prioridade.

O patrimônio é uma alternância entre tempos e espaços, ou seja, o presente será passado num futuro próximo (GUIMARÃES, 2007, on line). Assim o tempo urge reafirmando que a conservação da cultura é um esforço contínuo no fazer e refazer humano. Futuramente, essa preocupação possibilita a apreensão do momento social numa outra perspectiva. Pelegrini Filho (1997) assegura que o entorno do patrimônio deve ser conservado para que se conheça em que conjuntura social ele esteve inserido. Assim, a história da cultura é peça fundamental para a preocupação com a compreensão e conservação do patrimônio consolidando no tempo presente as discussões mundiais preteridas há longos anos (ZANIRATO; RIBEIRO 2006, on line).

A Segunda Carta de Atenas (1933⁸) é um bom exemplo de documentos oficialmente criados com a intenção de preservar bens do passado, com excepcionais diretrizes internacionais de definições e recomendações. O blog Patrimônio Cartas de Atenas (2012, on line) sintetiza que:

No que diz respeito à Carta de Atenas, principalmente a de 1933, é a preocupação que se tem em relação à arquitetura em um período de grande crescimento urbano. Há aí dois segmentos diferentes a serem levados em conta: os arquitetos voltados designadamente à ação de conservação do patrimônio arquitetônico e urbano e os domínios voltados às propostas de inovação do chamado Movimento Moderno (na arquitetura e também no urbanismo).

⁸ <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>

Posteriormente, em 1964, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO⁹) na cidade italiana de Veneza, a Carta de Veneza¹⁰ expôs brevemente os protocolos adequados para se evitar demolições, descaracterizações e/ou deteriorações de conjuntos arquitetônicos, ecológicos, culturais e turísticos (KUHL, 2010, p. on line). A UNESCO para reduzir tais condutas fez indicações técnicas para que os bens culturais não saíssem de seus territórios e respectivamente das culturas de origem (UNESCO, 1972, p. 01-10). A arquiteta-urbanista Caroline Martins Rennó Ramos a partir destes importantes critérios e recomendações expressas em Atenas e na Carta de 1964 relata que nasceram outros documentos principais para a conservação, manutenção e preservação do patrimônio cultural e natural (PORTAL DA EDUCAÇÃO, 2015, on line). Ferreira (2011, p. 24) atesta que essa concepção civilizatória caiu no gosto do povo brasileiro, principalmente com o advento de algumas políticas adotadas por Getúlio Vargas.

O dinamismo da vida citadina em sociedades cada vez mais complexas, na segunda metade do século XX, constituiu um fator de mudanças que provocou dificuldades às políticas de preservação do patrimônio cultural em diferentes lugares e paisagens (ZANIRATO; RIBEIRO 2006, on line). O sistema capitalista neoliberal e sua hegemonia urbano-industrial ampliaram o apelo ao descartável, a adoção de modismos e uma referência equivocada do que é desenvolvimento (PEREIRA, 2010, on line). Às custas de uma mentalidade imediatista e consumista atrelada à destruição, degradação e descaracterização vem a cada dia mais atropelando os bens culturais e naturais, principalmente nos países em desenvolvimento (RANGEL, 2014, on line). Exemplos recentes não faltam, como os desastres minerários de Mariana e Brumadinho, as queimadas pela Amazônia em agosto de 2019 e o derramamento de petróleo que atingiu o litoral brasileiro, também em 2019 (CARTA CAPITAL, 2019, on line).

Ferreira (2011, p. 25) destaca que a especulação imobiliária, ou “inchaço” das áreas urbanas, são elemento em expressiva expansão com impactos negativos e positivos sobre comunidades, suas identidades, memórias e paisagens de referência. Perdas significativas dos marcos simbólicos em História Cultural estão em contínuo processo, com desmantelamento dos órgãos públicos, sucateamento do Estado, privatização de serviços,

⁹ Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o patrimônio é o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e deixamos para o futuro. As formas como o homem interage com os bens naturais e culturais, também fazem parte do patrimônio. O patrimônio cultural é insubstituível e os países devem orgulhar-se de possuí-los. (UNESCO, 1999).

¹⁰ <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>

dentre outras mazelas gritantes (CARVALHO, 2015, p. 26). Em meio ao desmonte facilitado pelo Poder Público, em diferentes esferas, vê-se uma coletividade alienada, anestesiada, desprovida de sentido, vulnerável à mercê dos órgãos de comunicação social (CARVALHO, 2011, p.25). Fato inesquecivelmente trágico da história brasileira foi o incêndio do Museu da Língua Portuguesa em São Paulo e do Museu Nacional no Rio de Janeiro (Figura 01), conforme reportagem veiculada pelo Jornal El País (2018) registrou que:

Museus em chamas, bibliotecas entregues às traças e prédios históricos devorados por cupins ou simplesmente colocados à venda pelo preço do terreno. Em um cenário de crise econômica e com imposição de um teto para os gastos públicos federais, a Cultura e a preservação do patrimônio histórico acabam sendo uma das primeiras e maiores vítimas. A destruição de boa parte do Museu Nacional na noite de domingo, no Rio de Janeiro, é um exemplo extremo do que se repete silenciosa e diariamente em todo o país. São Paulo, o Estado mais rico do país, se tornou uma vitrine do descaso com o patrimônio. Já arderam nas chamas o Teatro Cultura Artística, em 2008, o Memorial da América Latina, em 2013, o Museu da Língua Portuguesa, em 2015, e a Cinemateca, em 2016. Por fim, o Museu do Ipiranga, um dos mais importantes do país, encontra-se fechado há cinco anos para reformas. O Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo, Condephaat, por exemplo, dispõe de apenas 50.000 reais para realizar a manutenção e avaliação preventiva de 2.000 bens tombados em 645 municípios neste ano. Outros 75.000 reais são recursos vinculados que, por problemas burocráticos, não são utilizados pelo órgão, segundo a reportagem apurou. De acordo com fontes da entidade, o valor pleiteado foi de 1 milhão de reais para que o conselho pudesse desempenhar sua função de forma adequada.

Figura 1 - Museu Nacional em chamas no Rio de Janeiro (2018)



Fonte: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/03/opinion/1535975822_774583.html

Neste contexto, Ferreira (2011, p. 25) lança uma observação pertinente onde o advento de “resgatar os bons hábitos culturais – como o de visitar os museus e incentivar a educação democrática – e a consciência nacional pela preservação do patrimônio” é uma

obrigatoriedade para garantir a longo prazo a devida apropriação, significação e valorização do patrimônio ambiental e cultural do país e de sua sociedade. Daí para o autor o destaque fica para as palavras de Pellegrini Filho (1997, p. 105), quando ele averba que “a necessidade maior da preservação esclarecida e da documentação dos traços culturais, para se poder efetuar uma leitura satisfatória e correta da Nação”. Evidenciado cenários de preservação ativa das identidades e memórias patrimoniais, o turismo em diferentes frentes e modalidades, adquire função de evidente importância ao enfatizar o valor e seu impactos socioeconômico, fomenta a conservação, manutenção e revitalização dos bens culturais e/ou ecológicos gerando incontáveis benefícios diretos e indiretos na qualidade de vida das pessoas, tanto das comunidades que recebem, quanto nos turistas que visitam (ZANIRATO; RIBEIRO 2006, on line).

A restauração é uma obrigação constante para manter contextos pretéritos e suas manifestações espaciais, que se evidencia cada vez em que se defina/redefina a importância coletiva das respectivas ferramentas legais (BRASIL, 2005, p. 18). Para apreender o valor do patrimônio em suas múltiplas percepções e escalas, é sucinto que se coexista com ele ou que se compreenda a história cultural da sua existência e consolidação no imaginário social (ZANIRATO; RIBEIRO 2006, on line). Por exemplo, um espaço readequado aproxima as pessoas do acervo preservado e do conhecimento e ainda movimentando diferentes apropriações usos da sociedade dentro de um contexto de cautela, cuidado e suporte para com a memória e suas diferentes representações (VILLAS BÔAS, 2015, p. 03).

Portanto, este patrimônio arquitetônico urbano de valor histórico interessa ao turismo, pois diversifica a oferta turística do lugar, incentivando a apropriação, conservação e preservação patrimonial, promovendo e inserindo-o entre os produtos oferecidos ao turista (CRUZ, 2001, p. 53). Sobre o patrimônio arquitetônico, ecológico, cultural e turístico revitalizado, o mesmo pode ser e ter suas funções modificadas desde que se mantenham suas características originais e que se respeite sua capacidade de carga (FERREIRA, 2011, p. 27). O autor delibera ainda que vários hotéis, museus e restaurantes, fazem sucesso pelo mundo adequando-se à estrutura original de castelos, cadeias, residências e outros edifícios de valor histórico. Um exemplo é o Museu da Inconfidência (Figura 02) que se adaptou aos espaços originais da antiga Casa de Câmara e Cadeia de Ouro Preto (COLÉGIO ARQUIDIOCESANO DE OURO PRETO, 2015, on line). No site oficial do museu (2020, on line) há esta afirmação:

Em meados da década de 30, o presidente Getúlio Vargas determinou que os restos mortais dos participantes da Inconfidência degredados para a África fossem trazidos de volta ao Brasil. Os ossos que puderam ser exumados chegaram em 1937. Numa época em que o resgate da memória brasileira começava a se tornar prioridade tanto para governo quanto para intelectuais, o local para depósito daquelas relíquias só poderia ser Ouro Preto. Ao ser esvaziado em 1938 o prédio da antiga Casa de Câmara e Cadeia de Vila Rica, que ultimamente funcionava como penitenciária estadual, um dos seus salões destinou-se para abrigar o Panteão dos Inconfidentes, que foi inaugurado no dia 21 de abril de 1942, data do transcurso do 150º aniversário da sentença condenatória dos inconfidentes. Em seguida, por meio de decreto-lei do governo federal, criou-se o Museu da Inconfidência, que completaria a ocupação do imóvel, sendo inaugurado em 11 de agosto de 1944, ao término das reformas para a adaptação do edifício à nova função.

Figura 2 - Prédio da antiga Casa de Câmara e Cadeia de Vila Rica



Fonte: http://www.museudainconfidencia.gov.br/pt_BR/museu/a-criacao-do-museu-da-inconfidencia

Lamentavelmente o patrimônio histórico-cultural e natural, não recebe a devida cautela e os devidos investimentos pelos diferentes níveis governamentais no Brasil (GIFE, 2003, on line). Muito ainda carecerá de ser feito para alterar este quadro deplorável (FERREIRA, 2011, p. 46). Esta multipolaridade de interpretações esconde problemas, mais que estruturais, e que perpassam do nível político ao societário (CORÁ, 2014, on line). Questões erroneamente consagradas pela mídia e de domínio e aceitação populares, culto exacerbado ao corpo e aos esportes, comuns e radicais, vida sedentária e desejo ansioso do imediatismo e do consumismo de diferentes formas de lazer existentes no mundo contemporâneo (SANTOS, et.a., 2019, on line). Muitas são as variáveis importantes que

impedem ou limitam a devida apropriação do patrimônio cultural (PELEGRINI, 2006, on line).

Destacando que em cada destinação turística nacional estabilizada existem atrativos diferenciados em sua tipologia e função, alguns já formatados como produtos turísticos comercializáveis e outros que necessitam serem trabalhados, inicialmente como identidade local e na sequência como geradores de renda e desenvolvimento local (CASTILHO; ARENHARDT; BOURLEGAT, 2009, p. 162). Neste sentido, quando se presta serviços de excelência e qualidade para preservar e valorizar legalmente e na prática o patrimônio cultural, conserva-se a memória do passado, implica diretamente no presente e indiretamente no futuro: a consciência e a identidade da nação preenchidas de sentidos e significados (CASTRO, sem data, p. 04).

Nesse entendimento a memória pode ser apreendida aqui como elemento de formação social, como fruto das relações sociais e vivências em contato com um grupo e, por isso, pode sofrer alterações ao decorrer do tempo. Pierre Nora (1993) nos traz a diferença entre memória e história:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentina revitalização. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado (NORA, 1993, p.9).

Ainda nesse contexto Michael Pollak afirma que:

a memória não se resume à vida de uma pessoa, mas também é uma construção coletiva, um fenômeno construído, organizado a partir do presente, e em parte herdada. Neste aspecto, completa: quando se trata da memória herdada, podemos dizer que há uma relação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade, entendida aqui como a imagem que se constrói e se apresenta a si próprio e aos outros, a maneira como se quer ser percebido'' (POLLAK, 1992, p. 200-212).

Maurice Halbwachs também faz uma colocação importante em uma de suas publicações de título A MEMÓRIA COLETIVA de 2004 que nos diz:

“Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança; é necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade”. (HALBWACHS, 2004 p. 35).

1.2. Patrimônio Cultural Material

As discussões temáticas em torno do resguardo patrimonial para com a memória e a identidade ainda se centram muito na questão da materialidade, com maximização de monumentos e museus, sendo necessário avançar na guarda coletiva do patrimônio cultural imaterial (ROCHA, 2012, p. 04). A herança cultural e histórica deixada pelas gerações antecedentes destaca-se adquirindo um caráter de súmula importância que urge à necessidade contínua e inevitável de ação coletiva em conservação, visando preservar esse legado para as gerações do futuro (SINGLY, 2009, p.11). Da mesma forma, tem-se assim com a atividade turística, novos aspectos e oportunidades acerca do patrimônio histórico e suas infinitas relações (MELO; CARDOZO, 2015, p. 1070). Exemplifica-se por meio de casos nacionais e internacionais em nível prático como se pode conhecer, consumir e preservar as artes, os museus e o teatro em diferentes atividades turísticas (MOREIRA, 2015, p. 17).

Algumas festas folclóricas brasileiras, enquanto formas de patrimônio cultural são importantes como fonte de atração turística e/ou atrativos turísticos recebem importância consolidada no gosto popular nacional, como por exemplo, o Carnaval (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 39). Destaca-se neste caso, que muito embora ainda, a tradição, pareça igual, seu maior destaque, sem dúvida nenhuma, é a diferenciação das concepções artísticas, que varia de uma para outra, incorporando bem algumas especificidades regionais ou locais (CATENACCI, 2001, on line). Se comparados, o carnaval de Ouro Preto (Figura 03) varia muito para a mesma festividade em outras áreas do país. Mas se comparado especificamente ao do Rio de Janeiro, difere-se em muitas variáveis culturais (PORTAL G1, 2017, on line). Então, estas especificidades em questão, por sua vez, representam um arcabouço importante em termos de atratividade turística (PINHEIRO; MORAES, 2016, p. 95).

Figura 3 - O Carnaval de rua em Ouro Preto – MG



Fonte: <https://www.otempo.com.br/turismo/carnaval-de-ouro-preto-vai-relembrar-disputa-entre-jacubas-e-mocotos-1.2293351>

O turismo em geral é impulsionado pela busca de lazer, fuga do cotidiano e da rotina, maior qualidade de vida, e ainda a curiosidade por novos conhecimentos e experiências nas viagens (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 62)¹¹. Quando se busca conhecer um pouco mais sobre Patrimônio histórico e o turismo Cultural, permeando várias áreas da pesquisa, como a Antropologia, a Filosofia, a Geografia, a História e a Sociologia, importantes perguntas se fundamentam no horizonte do pesquisador: o que impulsiona o turismo? (UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, 2019, p. 11). Camargo apud Trigo, (2001, p. 40¹²) acredita que “o turismo como entendemos hoje é um fenômeno gestado e expandido no contexto da sociedade industrial.” Mas, para Ferreira (2011, p. 55), a resposta é simples. Para o autor:

é fato que “difícilmente poderíamos localizar no Brasil do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX traços da oferta e da demanda cultural.” (CAMARGO apud TRIGO, 2001, p. 79). Porque parecem visíveis os indícios de que durante o século XIX e início do século XX, o povo brasileiro rejeita a herança dos colonizadores como uma reação natural pós-independência e nega o passado em benefício do que era considerado moderno para a época. Para os homens deste período, não existia cultura passada digna de apreciação. O fato de muitas

¹¹ De acordo com noticiários, estudos e publicações, a busca por novas experiências, ou mesmo a vontade de preencher uma necessidade de descanso e contato com realidades diferentes das vividas habitualmente, têm feito uma atividade despontar no setor econômico, trata-se do turismo. Falar em turismo é pensar em todo seu contexto e não apenas resumi-lo ao ato de realizar uma visita, um passeio ou uma viagem. O turismo tem efeitos multiplicadores na economia como, por exemplo, a geração de empregos e fontes de renda, entretanto possui, também, seus impactos negativos, perceptíveis nos meios naturais, assim como relacionado à parte cultural da comunidade receptiva (SAHAIDAK, 2010, p. 01).

¹² TRIGO, L. G. G. *A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo*. Campinas: Papyrus, 2001.

construções terem resistido se deve à utilização do seu espaço. Foram fazendas que continuaram a produzir, igrejas que receberam os fiéis dentre outros exemplos. Foi preciso perceber a ameaça de perda do patrimônio nacional para que houvesse uma reconciliação com o passado. (CAMARGO, apud TRIGO, 2001).

Como compreender o significado dos objetos ou símbolos da cultura é essencial para conservar e consumir e se perceber o valor de preservar peças que representam a historicidade de tempos pretéritos (TOLEDO; COSTA, 2014, p. 17). O turismo de visitação de museus oferta o deleite de contatar o passado reforçando a importância de conhecer e preservar a cultura de uma determinada época e povo (ABREU, 2015, p.31).

1.3. Patrimônio Cultural Imaterial

Da materialidade, o tempo presente explicita a questão da imaterialidade patrimonial, seu reconhecimento e resguardo (SALAINI; GRAEFF, 2011, on line).

Rodrigues (2001¹³) alega que com a redemocratização do país e o resgate dos direitos de cidadania e liberdade em meados dos anos 1980, principia o reconhecimento da função de outros segmentos sociais e étnicos como dignos de serem considerados e inventariados como categorias do patrimônio detentores de reminiscências históricas (FERREIRA, 2011, p. 30-31), com ampliação da subjetividade cultural na prerrogativa de patrimônio imaterial (ser/estar, saberes/fazer). A Carta Magna de 1988 legitima do ponto de vista de legalidade ao assumir enquanto categorias tombadas todos os documentos, elementos e sítios dos antigos quilombos, resguardando os direitos das populações quilombolas (CHAGAS, 2001, on line).

Ao reafirmar as identidades historicamente subtendidas e subjugadas sob a ótica do etnocentrismo entende que ninguém constrói a humanidade sozinho (CARVALHO, 1997, on line). Cada ser humano contribui com sua existência e história que possibilitam indireta ou diretamente que o patrimônio seja preservado, pois cada ser é parte integrante desse todo que é a coletividade humana, que atravessa gerações, perpetuando-se no tempo e no espaço (MOREIRA, 2010, p. 16). Desde então, numa construção, desconstrução e reconstrução das pessoas consideradas heróis nacionais, surge num contexto de reafirmações identitárias,

¹³ RODRIGUES, Marly. Preservar e Consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, Pedro Paulo; PINSK, Jaime (orgs.). Turismo e patrimônio cultural. São Paulo: Contexto, 2001.

incluiu-se a cultura das pessoas anônimas dentro da visão contemporânea de patrimônios, fazendo com que diversos atrativos culturais, no Brasil e no mundo, recebam incrementos que os tornam reestruturados para a atualidade, cada vez mais envolvida com o patrimônio cultural (LAPLANTINE; TRINDADE, 2006, p. 171).

Para Ferreira (2011, p. 76), a emoção estética pode ser percebida como as múltiplas sensações existenciais e/ou subjetivas de admiração, aprovação, censura, curiosidade, espanto, prazer, reprovação e temor, dentre outras tantas, frente à apreciação consciente e inconsciente de determinada obra de arte. O autor assim considera como anexas, comumente, a arte, a beleza, a estética e gozo apresentam conceitos diferenciados muito mais amplos e complexos que variam conforme a cultura onde estão consolidadas e inseridas (FERREIRA, 2011, p. 76). O autor defende que há tempos que novas discussões contraditórias, e imprecisas cercam a atividade artística formando novos atores e personagens do ato cultural, em si. Ferreira cita Ostrower (1999, p. 69), que por sua vez, destaca o Filósofo Emmanuel Kant, para quem o belo “sob o ponto de vista subjetivo é o que agrada de maneira geral e necessária sem conceito de utilidade prática [...]” (FERREIRA, 2011, p. 76). Contudo, a atividade artística transpõe a ideia inicial de belo, reconstruindo-a, mostrando uma nova composição que pode ser agradável ou não para o espectador, dependendo de sua concepção de mundo e de sua imersão no mundo cultura em que vive (FERREIRA, 2011, p. 76). Assim, a habilidade para fazer arte é inata e intemporal podendo ser permanentemente apreciada, reapreciada ou desprestigiada. Da produção da arte (materialidade) ao produtor (imaterialidade) da mesma diferentes cenários e nuances se consolidam (FERREIRA, 2011, p. 75). As festas¹⁴ se inserem neste contexto, por transitarem pelas duas categorias e muitas das suas características culturais, espaciais e temporais demonstram essa tênue transição conforme a Figura 04 (FERREIRA, 2011, p. 80). Veja a seguir os principais componentes estruturais, conforme descrição feita por Ferreira (2011, p. 81):

- a) Religiosas - Ministradas por sacerdotes ou por pessoas autorizadas pela Igreja, como missa, procissão, bênção, novena e reza.
- b) Profano-religiosas - Ministradas por leigos com aprovação do sacerdote, homenageando as figuras sacras, de modo alegre e festivo: levantamento de mastro, bailados como congados, folia de reis, Império do Divino, reinado do Rosário, Pastorinhas.

¹⁴ Além da liberação momentânea, as festas apresentam um caráter ideológico uma vez que comemorar é, antes de tudo, conservar algo que ficou na memória coletiva. A dramatização dos símbolos e das alegorias no interior da festa tende a justificar ou explorar uma doutrina. Há sempre uma crença a ser defendida. Toda festa tem uma longa história que aponta uma enorme quantidade de interesses espirituais e materiais, constantemente alteradas no decorrer de sua existência. É em face de tais interesses que se pode esboçar uma caracterização das festas populares brasileiras, de enorme legado cultural (FERREIRA, 2012, p. 80-81).

c) Profanos - Têm caráter de diversão. Visam segurar os visitantes mais tempo nas festas: leilões, danças, comidas, barraquinhas e folguedos como malhação do Judas, bumba-meu-boi, pau-de-sebo, cavalhada e outros.

Figura 4 - Celebrações da fé na Semana Santa em Ouro Preto – MG



Fonte: <http://www.aceop.com.br/noticia/802/beleza-e-emocao-marcam-as-celebracoes-da-fe-na-semana-santa-em-ouro-preto>

1.3.1. Para além do Patrimônio Cultural Material e Imaterial: conceitos do Patrimônio Natural

Ouro Preto não se resume ao turismo cultural e aos patrimônios a ele associados. Apesar de o contexto histórico colonial ser latente na municipalidade, evoluções se projetam nos círculos produtivos do município (BRUSADIN; SILVA, 2012, p. 75). Assim, na sequência empreende-se um estudo acerca potencialidades ecoturísticas, a partir da ótica de conceitos e abrangências sobre patrimônio natural. O desenvolvimento da educação ambiental no mundo trouxe novas tipologias e conceitos acerca do meio ambiente natural (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2020, on line). Em tempos recentes de ampliação de cenários e recortes ecoturismo e de ampliação das tipologias de ecoturistas¹⁵, Ouro Preto se projeta futuramente por sua vocação explícita em ecoturismo (SITE OURO PRETO, 2019, on line). A cidade dispõe de amplo patrimônio natural em seus treze distritos e discernimentos individuais e coletivos entre patrimônio ecológico, recurso natural e produto

¹⁵ A adoção de expressões constituirá, de certa forma, o referencial e a base terminológica para estudos, o planejamento e a implementação de ações e atividades no âmbito do turismo. Isso requer o seu prévio discernimento conceitual em nível semântico e à luz das possíveis interpretações operacionais a fim de que a uniformidade e a correção na aplicação da linguagem possam contribuir para a qualidade e consistência das iniciativas que se realizam em seu nome (FERREIRA, 2011, p. 97).

turístico encontram-se em sedimentação (MEDEIROS, 2006, p. 168). Para Ferreira (2011, p. 96-97):

Conceituar “patrimônio natural” é uma tarefa que exige dividir o território em meio urbano, meio rural e meio natural, tendo em vista o grau de transformação provocado pelas atividades humanas. Quando se trata de territórios com processo civilizatório muito antigo, como é o caso da Europa, não existe mais um meio natural, pois há centenas de anos a natureza foi modificada. Neste caso devem ser considerados dois tipos de território: o meio urbano e o meio rural, dos quais alguns componentes da natureza original permanecem em áreas limitadas, dentro de um conjunto ambiental rural.

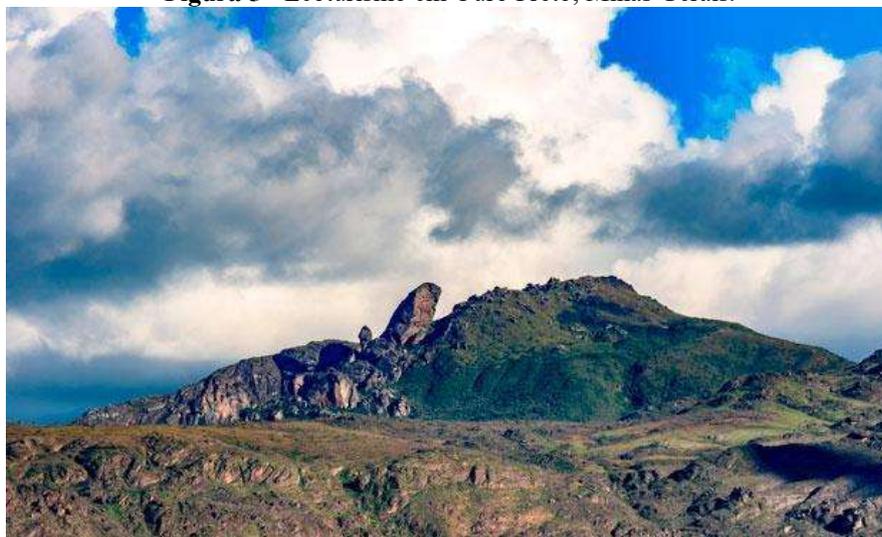
Em outras palavras, um ‘recurso’, seja natural ou cultural, não se define exclusivamente pela existência, mas sobretudo pela aptidão de atender as necessidades das pessoas (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2020, on line). Dessa forma, a atividade turística se realiza através de atrativos que motivem os humanos a se deslocarem de seus residências e fatos habituais para visitarem e/ou permanecerem certo tempo fora destes espaços domiciliares (FERREIRA, 2011, p. 98). Os novos locais pelas suas vocações naturais ou culturais, contraem status socioeconômico de atrações ou recursos turísticos (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 30-31). A noção de utilização humana está na base da caracterização dos recursos, sejam eles úteis ao turismo ou a qualquer outra atividade humana (FERREIRA, 2011, p. 98). Esta concepção está exposta nas seguintes definições encontradas em Santos (1999), cujas considerações são significativamente relevantes e evidenciadas por Ferreira (2011, p. 98):

1. Recursos naturais são aquelas riquezas que se encontram em estado natural e são utilizadas racionalmente em benefício da humanidade;
2. Recursos naturais são aquelas situações originadas pela natureza em sua gênese secular das quais depende o sustento, bem-estar e a cultura material dos homens;
3. Recursos naturais são os bens da natureza sobre os quais exercemos uma influência direta, já que os utilizamos e os consumimos dia a dia. São os bens que nos servem ao longo de nossas vidas como fonte de sustento, ou seja, como recursos para a vida;
4. Recursos naturais compreendem a tudo quanto existe na natureza atual ou que seja parcialmente utilizável pelo homem. Qualquer parte do nosso meio ambiente (como o solo, a água, os campos, as florestas, a fauna silvestre, os minerais, a população humana) que o homem pode utilizar para incrementar o seu bem-estar pode ser considerado como recurso natural.

O conceito das tipologias de patrimônio natural e recurso ecológico (Figura 05) são fundamentalmente importantes para se compreender com clareza a evolução do ecoturismo,

bem como para constatar novos conceitos turísticos como ecoturistas, meio ambiente e turismo ecológico (SITE O ECO, 2015, on line).

Figura 5 - Ecoturismo em Ouro Preto, Minas Gerais.



Fonte: <https://www.turismoouropreto.com/blog/o-pico-do-itacolomi>, 2020.

Concretamente, desde 1990, conferências e simpósios sobre ecologia e turismo foram instituídos com ampla participação mundial (BRASIL, 2007, p. 16). As organizações privadas e públicas, interessadas na temática, aproveitaram a ocasião para colocar em prática, projetos evidenciando as benesses sociais e sobretudo, econômicas que o ecoturismo produz (FERREIRA, 2011, p. 100). Portanto, para o autor, a apropriação turística do meio ambiente, por impactar negativamente e positivamente recursos e atrativos requer a observação de alguns conceitos sobre a questão socioambiental.

De acordo com Ferreira (2011, p.101), três elementos chaves formam o meio ambiente do Planeta Terra:

1º) meio exterior constitui que o meio é todo o ambiente que cerca um organismo vivo, incluindo o homem é um organismo). Esse meio pode ser físico (água, ar, bens tangíveis humanos, solo), socioculturais (costumes, crenças, hábitos, ideologias e valores), psíquico (angústias, sentimentos, desestabilidade/estabilidade, expectativas, insegurança/segurança)

2º) organismo trata dos organismos bióticos (vivos), tais como animais, homens, dentre outras inúmeras formas biológicas.

3º) desenvolvimento integral dos meios físico, sociocultural e psíquico viabilizam condições e o equilíbrio, interdependentes, necessários e suficientes para o desenvolvimento pleno de todos os organismos vivos (planta ou animal).

O território nacional encontra-se entre os três países de maior diversidade biológica do mundo, sendo que aproximadamente 4% do Brasil são formados por áreas de proteção ambiental ou Unidades de Conservação de uso indireto, destinadas à pesquisa científica, à educação ambiental, à recreação e turismo, contexto enquadra a vocação para o ecoturismo turismo ecológico (FERREIRA, 2011, p. 102).

Deve-se tornar mínimo os custos e elevar ao máximo os benefícios, procurando uma ligação entre a conservação, o desenvolvimento e o ecoturismo (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007). Ultimamente, o turismo ecológico dirige para uma visão administrativa moderna, de longo prazo e com uma atitude responsável perante a integridade dos recursos naturais do por meio do uso sustentável do meio ambiente (JACOBI, 2003, on line).

Há múltiplas interfaces negativas e positivas na relação entre meio ambiente e turismo (FERREIRA, 2011, p. 105). O fluxo excessivo de turistas ocasiona implicações negativas ao ambiente (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007). A ocupação desordenada e a urbanização das áreas naturais fazem com que o meio seja poluído (BUENO; PIRES, 2006, p. 02). A presença em massa dos turistas no interior ou litoral impacta severamente os ecossistemas (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007). Além disso, a alta concentração turística e a sazonalidade poluem águas, acumulam detritos deixados nas areias, córregos e trilhas (BUENO; PIRES, 2006, p. 02). A poluição visual acirrada pela especulação imobiliária, a construção de hotéis e restaurantes descaracterizam a paisagem cultural e natural (FERREIRA, 2011, p. 106). Por meio de planejamento de uma política pública de turismo voltada para o meio ambiente, deve determinar limites compatíveis e suportáveis para cada espaço turístico, avaliando e minimizando perspectivas de degradação e insustentabilidade (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007). Consequências inevitáveis que degradem, descaracterizem ou destruam patrimônios naturais devem ser combatidas e punidas sendo para isso, necessário definir diretrizes municipais, estaduais e federais com medidas enérgicas que conscientizem e preservem os meios naturais, promovendo a sua conservação e perenização (BUENO; PIRES, 2006, p. 02).

Segundo Ferreira (2011, p. 106).

Contudo, a atividade turística não causa somente danos ao meio ambiente, mas traz algumas vantagens: a criação de programas de conservação de áreas naturais e de sítios arqueológicos; lança empreendedores turísticos que visam manter a

atratividade dos recursos naturais; permite a valorização e o conhecimento de determinadas regiões através do turismo ecológico; arrecada impostos, taxas e ingressos que faz com que a infraestrutura turística seja ampliada; possibilita o intercâmbio cultural entre turistas e a comunidade local; contribui com a economia (ocorrendo um aumento e melhora na distribuição de renda); percebe a racionalização dos espaços e do convívio com a natureza.

Ainda de acordo com RUSCHMANN (1999, p. 82¹⁶):

[...] o relacionamento do turismo com o meio ambiente está longe de ser simples. Numerosas situações de conflito são registradas e, diante de sua fragilidade, cada medida ou precaução pode gerar um efeito perverso, difícil de controlar. O desafio reside em encontrar o equilíbrio entre o desenvolvimento da atividade e a proteção ambiental.

O desenvolvimento do ecoturismo, bem como a historicidade dos múltiplos conceitos e definições sobre meio ambiente, turismo ecológico e tipologias ecoturísticas, trouxe à tona, feições relevantes sobre o meio natural, num momento em que questionamentos mundiais sobre o desenvolvimento econômico cunhavam novos modelos societários nos quais a educação socioambiental, se torna assunto internacional de extrema importância para repensar a relação humana para com o patrimônio natural e sua funcionalidade para a atividade turística (BUENO; PIRES, 2006, p. 02).

Se o poder econômico relaciona prioridades no escopo societário, tratando a natureza como fonte infinita de matérias primas, novas variáveis se projetam com vistas à reformulação do projeto de sociedade até então vigente (JACOBI, 2003, on line). Para Jacobi (2003, on line), em plena arena de desenvolvimento marcada pela dualidade entre EUA e URSS, o marco inicial da educação ambiental no mundo é a discussão sobre a evolução econômica e seus impactos sobre o meio consolidadas na Conferência organizada pela ONU, em Estocolmo no ano de 1972.

O estudo do meio ambiente tornou-se prática de extração de recursos, ou ciência de categorização do mundo natural, considerando-a como algo apartado e inferior à humanidade, cada vez mais desumana. Outro momento importante no aparecimento da educação ambiental é a ECO-1992, uma conferência das Nações Unidas, conhecida como Rio 92 (UNESCO, 2020).

A humanidade sempre enxergou a natureza como coisa, como objeto, como repositório, cuja quantidade era ilimitada e que evidenciou exaustão e saturação (JACOBI, 2003, on line). Essa problemática educativa não se enquadra em projetos científicos ou

¹⁶ RUSCHMANN, D. V. de M. **Turismo e Planejamento Sustentável: A proteção do meio ambiente**. 3. ed., Campinas: Papirus, 1999.

disciplinas isoladas (UNESCO, 2020). A legislação da educação formal se institucionalizou ao configurar a educação ambiental como integrante de disciplinas, programas e tópicos ofertados interdisciplinarmente nas escolas, mas firmou suas bases especialmente nas ciências biológicas e na geografia, limitando intervenções pedagógicas e abordagens (PELEGRINI, 2006).

No entanto, a educação é um fenômeno que possui efeito transformador para questões demasiadamente complexas do mundo moderno (SILVA; NASCIMENTO, 2006, p. 06). Ao conceber a educação como elemento gerador de cidadãos ecologicamente responsáveis, a coletividade encara os desafios concernentes ao meio ambiente (REZENDE, 2014, p. 655). É fundamental que esforços que se refaçam para conceber e instituir novas relações entre as pessoas e o meio ambiente, para ampliar o respeito pela capacidade de suporte dos ecossistemas, para que ele não sucumba à voracidade humana (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007). Que as necessidades básicas do ser humano sejam atendidas em conformidade com a preservação ecológica (CARVALHO, 1997, on line).

Dentro das perspectivas educativas, a Interpretação ambiental é um tipo de atividade educacional diferenciada que desponta os significados e as relações do patrimônio natural e cultural de uma área, cuja formas abordagem pedagógica e transferência de informações são transpostos didaticamente para a linguagem comum dos visitantes (OLIVEIRA, 2013, p. 05).

1.4. Inventário

Ao abordar as diversas faces do patrimônio tanto material quanto imaterial é imprescindível dialogar sobre o papel e a importância do inventário de bens móveis e imóveis e registro de patrimônio imaterial, instrumentos legais, inventário e registros, inventários / arrolamentos desde a antiguidade no sentido contábil administrativo. O inventário surgiu na Europa final século XIV período renascentista na perceptiva de se conhecer a artes clássicas da antiguidade a exemplo das romanas e gregas, afirmativa esta, em comum acordo com Françoise Choay que nos fala que o Renascimento é o “[...] momento em que surge o projeto, até então impensável, de estudar e conservar um edifício unicamente pelo fato dele ser um testemunho da história e uma obra de arte” (CHOAY, 2001, p. 28).

De acordo com Motta e Rezende (2016, p. 2):

“Os inventários estão na origem da constituição do campo da preservação do patrimônio no século XVIII no contexto da construção dos Estados Nacionais. Surgiram como modos de produzir um novo saber, por meio da coleta e sistematização de informações obedecendo a determinado padrão e repertório de dados passíveis de análises e classificações, e se constituem até hoje como instrumentos de identificação, valorização e proteção dos bens como patrimônio cultural.”

No Brasil, entre 1937 até meados de 1960, período do Estado Novo, a valorização patrimonial se dá pela sua qualidade artística e arquitetônica e da ligação a fatos memoráveis da história. Somente após meados de 1960 começaram a ser implantadas novas concepções de patrimônio, que foram se aprimorando até a formação conceitual de patrimônio cultural brasileiro, incluída na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e definida como o conjunto dos “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988, art. 216).

Após alguns estudos relacionados a riqueza cultural e diversidade das manifestações populares, os quais se aproximam do conceito de patrimônio material e imaterial desde o início da década de 90 somente nos anos 2000 o IPHAN instituiu o Inventário Nacional de Referência Cultural (INRC), com a função de dar ênfase a valoração e detalhamento dos agentes ativos e referencial cultural versus bens de natureza imateriais e materiais, estabelecendo procedimentos com o propósito de identificar e atribuir valor a bens culturais de acordo com seu processo de formação, uso, e pertencimento diante de grupos sociais a que se relacionam criando parâmetros nos estudos com a intenção de registro ou tombamento. O INRC se dispõe em quatro categorias – saberes, celebrações, formas de expressão e lugares.

O inventário é uma ferramenta básica para a gestão de qualquer bem. É indispensável para a elaboração e implementação de políticas no que diz respeito à preservação e promoção dos bens culturais. Monumentos e sítios, objetos de museu e muitas outras manifestações da nossa herança cultural, tanto tangíveis quanto intangíveis, existem em grande número em todo o mundo. É somente quando eles estão devidamente listados, identificados e classificados que programas para a sua proteção podem ser sistematicamente planejados e realizados (SYKES, 1984, apud Motta e Rezende, 2016, p. 11-12)

O inventário também se dispõe como forma de proteção legal. De acordo com a constituição federal, o “Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” (BRASIL, 1988, art. 216, § 1º, grifo nosso). No entanto somente o registro do bem

inventariado não é o suficiente, se faz necessário os procedimentos sistematizado para atribuição de valor os quais deixam claros a usuário e proprietários os critérios podendo recorrer das decisões caso discordem de tais critérios e valores aplicados após esse diálogo entre patrimônio cultural material / imaterial, memória, identidade e inventário, como um dos propósito deste trabalho no decorrer dessa dissertação trarei como objeto e análise do resultado do inventário dos bens culturais da comunidade de Santo Antônio do Salto.

2. LEVANTAMENTO DE DADOS

Inserida no trecho Ouro Branco/Ouro Preto do Programa Estadual da Estrada Real¹⁷, o distrito de Santo Antônio do Salto encontra-se a 30 Km do distrito sede, acessível a partir de Chapada/Lavras Novas ou 18 km passando por Santa Rita de Ouro Preto (INSTITUTO ESTRADA REAL, 2020, on line). Sua extensão, aproximada de 57 Km², inclui a Serra de Lavras Novas, cuja topografia limitou a ocupação pretérita do centro urbano, que somente, no início do século XIX, se ampliou com as construções das usinas hidrelétricas (SITE OURO PRETO, 2020). As obras do canal Maynard, prepararam o distrito para novas atividades além do da agropecuária e garimpo de ouro. A Prefeitura Municipal de Ouro Preto, (2008-a, p. 03) registra que:

O distrito de Santo Antônio do Salto formou-se provavelmente no final do século XVIII, quando teve início a exploração do ouro nas margens do Rio Maynard e de seu afluente, o Ribeirão dos Prazeres. O povoado tem origem na Fazenda do Salto, que além do garimpo de ouro também estava ligada à agricultura. A região era conhecida como Santo Antônio do Salto Alto porque aquele era o último lugar onde se saltava o rio em passagem a Fazenda das Bandeiras, para Piranga ou Catas Altas e também por causa da altura do salto da principal cachoeira do rio. Com o passar dos anos, além do garimpo, também se desenvolveram a pecuária e a agricultura, destacando-se a produção de banana. Nesse contexto, a Fazenda Caboclo aparece como uma das mais importantes da região, abrangendo a maior parte das terras do distrito até seus limites com a localidade da Chapada. Porém, até o início do século XX, a principal rota de acesso ao Salto era feita por um tortuoso caminho que cortava a Serra das Lavras Novas, a 1300 metros de altitude, o que conferiu certo isolamento à região. Isso favoreceu o desenvolvimento de uma agropecuária mais voltada para a subsistência, restando poucos excedentes para exportação.

¹⁷ Além dos Circuitos Turísticos, o Governo do Estado de Minas Gerais lança junto com a Federação da Indústria do Estado de Minas Gerais (FIEMG) o Programa Estrada Real, como um dos programas estruturadores do governo; busca integrar as atividades turísticas de todo o seu território; promove e divulga seus atrativos com o intuito de resgatar a história e a cultura mineira. Tal proposta visa a manter os atrativos naturais e, sobretudo, desenvolver econômica e socialmente as regiões de abrangências da Estrada Real a partir de seu potencial turístico (ASSIS, 2006, p.13).

No núcleo urbano, se situa a Igreja Matriz de Santo Antônio, descaracterizada, mas guardiã da localização da antiga capela, cujo entorno se desenvolveu o distrito (SITE ATRATIVOS TURÍSTICOS, 2020).

Segundo o Site da Prefeitura Municipal de Ouro Preto (2020):

Como o canal e o rio Maynart passam pelo centro distrital, apesar da restrição de ocupação às suas margens, observa-se, a tendência de ampliação de ocupações ao longo desse eixo fluvial. Além de garimpagem, desenvolveu-se também a agricultura de subsistência, diferentemente de outros distritos de Ouro Preto. A principal atividade é a desenvolvida pelas usinas hidrelétricas (Figura 06) que fornecem energia para a empresa Novelis, antigamente denominada de Alcan¹⁸.

A Câmara Municipal de Ouro Preto (2020) declara que:

O acesso ao distrito de Santo Antônio do Salto, localizado ao sudeste do distrito sede de Ouro Preto, é feito através da MG356 até o trevo de acesso aos distritos de Lavras Novas, Santo Antônio do Salto e Santa Rita, cerca de 8 km da saída do bairro Saramenha. A partir do trevo percorre-se 2 km de estrada de terra e posteriormente seguindo bifurcação à direita, percorre-se cerca de 3 km até a entrada da zona urbana do sub-distrito da Chapada. Saindo desse, segue-se por mais 4 km até o trevo que dá acesso aos distritos de Santa Rita e Santo Antônio do Salto. Subseqüente ao trevo, percorre-se mais 12 km até a Praça Santo Antônio no distrito de Santo Antônio do Salto.

Figura 6 - Usina hidrelétrica Caboclo e Usina hidrelétrica do Salto



Fonte: Fabiana Correia Dias – setembro/2007

Com a implantação das hidrelétricas o distrito de Santo Antônio do Salto foi uma das primeiras localidades a receber energia elétrica no município (PREFEITURA MUNICIPAL

¹⁸ A ALCAN Inc. é a segunda maior empresa de alumínio do mundo, detendo a terceira posição na produção de alumínio primário com 8,3% da produção mundial e a segunda posição mundial em produtos de alumínio. Em 2001, obteve faturamento de US\$ 12,6 bilhões empregando cerca de 51.800 pessoas em 38 países. A empresa é de capital canadense, mas com ações negociadas nas bolsas de Nova Iorque, Montreal, Londres, Genebra e Sidney. A ALCAN está estruturada em quatro grandes áreas de atuação: (i) Metais Primários, (ii) Fabricação de Alumínio América e Ásia, (iii) Fabricação de Alumínio Europa e (iv) Embalagens. Fonte: http://www.observatoriosocial.org.br/sites/default/files/03-01-2002_10-alcan_alcoa.pdf

DE OURO PRETO, 2020). A maioria das ruas do distrito não tem pavimentação asfáltica, sendo que a tipologia pé-de-moleque abrange as Ruas Jaime Rezende ou rua da praça da igreja matriz e Jovino Souza ou rua Principal (PORTAL OURO PRETO, 2019). Há, pavimentação em bloco de concreto na rua Geraldo Paiva, do cemitério, até o Posto de Saúde e ainda na rua que acessa a escola municipal (CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO, 2020). “Atendendo à solicitação dos moradores, a localidade foi elevada à categoria de distrito por força da Lei 78/92 de 30 de novembro de 1992, com a denominação de Santo Antônio do Salto” (CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO, 2020).

Figura 7 - Vista da infraestrutura urbana a partir de algumas Ruas



Fonte: Lucas Souza Gaspar – setembro/2007

A maioria das edificações são residenciais com apenas um pavimento (CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO, 2020). As construídas em dois pavimentos concentram-se na rua Principal, nas adjacências da escola e da matriz (SITE OURO PRETO, 2020). Estabelecimentos comerciais e de serviços concentram-se apenas nas proximidades da igreja (PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO, 2020). O distrito expõe forte tendência de adensamento urbano ao longo da rua Jovino Souza com observância de lotes pequenos e ocupações irregulares (PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO, 2020). Segundo a CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO (2020):

Atualmente, o distrito vive um sério problema de crescimento, uma vez que a topografia do terreno não permite grande expansão e a margem do rio é tida como área de preservação, sendo que a empresa proprietária das usinas não permite construção em torno delas. A tradição da garimpagem não desapareceu e a população completa sua renda buscando ouro e topázio nas margens do rio.

O distrito ao apresentar amplitude de recursos hídricos, foi escolhido para localização das hidrelétricas (CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO, 2020). Porém, a presença

das usinas não induziu desenvolvimento socioeconômico para o povoado, fazendo com que parte da população local trabalhe em Ouro Preto fazendo do distrito uma cidade dormitório (CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO, 2020). Outro patrimônio natural é a Serra de Lavras Novas que emoldura a paisagem do núcleo urbano (SITE ATRATIVOS TURÍSTICOS, 2020). O distrito insere-se no vale do rio Maynard e nas proximidades da Pedra de Santo Antônio, elemento natural de destaque na paisagem serrana (PORTAL OURO PRETO, 2019). Para documento da Câmara Municipal de Ouro Preto (2020):

As modificações no Salto começam efetivamente por volta de 1930, quando se iniciam as obras de construção do canal, preparando o distrito para a instalação das usinas de produção de energia elétrica, necessária na fabricação do alumínio da Bauxita, em Saramenha. O lugar foi escolhido devido à força da queda d' água. A topografia da Serra de Lavras Novas, então a principal via de acesso ao Salto, não permitia a passagem de automóveis e caminhões. Logo decidiu-se por abrir estrada e canal a partir do caminho de Santa Rita, onde seria implantada a represa. O canal foi construído com trabalho braçal, sendo todo o escoramento feito com pedras das margens do rio, carregadas no lombo de burros. Foi uma obra muito difícil e penosa, onde morreram muitos trabalhadores. A chegada da primeira turbina se constituiu em um espetáculo. Foi transportada em um caminhão a vapor, preso a vinte juntas de bois utilizadas para sustentar o seu peso e freá-lo. A peleja durou pelo menos dois dias até a última turbina chegar ao local das usinas. A primeira delas foi nomeada de Salto, para a segunda deu-se o nome de Caboclo e a terceira usina é chamada de Funil. Assim, o Salto foi uma das primeiras localidades de Ouro Preto a receber energia elétrica. Posteriormente foi instalada uma quarta turbina, denominada Prazeres. Porém, as usinas não trouxeram o desenvolvimento esperado pela população e muitas pessoas foram trabalhar em Ouro Preto. Atualmente as mesmas pertencem à *Novelis*, proprietária da fábrica de alumínio.

Figura 8 - Vista da Serra de Lavras Novas e do Vale do Rio Mainart



Fonte: Valmir Coelho - 2021

Conforme os habitantes mais antigos, a capela de Santo Antônio, situada bem no centro do distrito, foi edificada no local de uma ermida primitiva (SITE OURO PRETO, 2020). Apesar disso, a igrejinha é decorrência direto das inúmeras demolições e reformas sofridas, recebendo seu formato atual em 2003, depois da destruição do templo datado de 1938 (PORTAL OURO PRETO, 2019). Além do padroeiro oficial da localidade, outras figuras santas são evocadas na pequena igreja, Nossa Senhora dos Remédios e São Geraldo (CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO, 2020). A imagem de Santo Antônio, encontrada na capela, é atribuída a um artista anônimo. Por sua vez, este escultor deixou inúmeros trabalhos na região, ficando conhecido como Mestre Piranga. A representação do padroeiro é em madeira com tamanho avaliado grande para o usual. Segundo a oralidade, a imagem foi deixada na capela da Fazenda do Salto por uma caravana de tropeiro que se direcionavam à Vila Rica (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E PATRIMÔNIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO, 2008). Os documentos da secretaria ainda atestam que:

Segundo os moradores, a capela de Santo Antônio, no centro do distrito, foi construída onde havia uma antiga ermida, tendo sofrido inúmeras intervenções. A imagem do padroeiro é atribuída ao conjunto de obras de um misterioso escultor do século XVIII, contemporâneo de Aleijadinho e que trabalhou principalmente na região de Piranga, daí sua alcunha de “Mestre Piranga”. Ela teria sido deixada na capela da fazenda por uma das caravanas de tropeiros que passavam em direção a Vila Rica.

A imagem de Nossa Senhora da Guia é um dos bens culturais mais importantes da localidade do Salto (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E PATRIMÔNIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO, 2008). Datada da segunda metade do século XVIII, esta escultura sacra é atribuída ao mestre Aleijadinho. Apesar de não ter autoria confirmada por documentos, pesquisas demonstraram que a obra possui os traços anatômicos das estatuárias feitas por Antônio Francisco Lisboa¹⁹, (CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO, 2020). Por sua vez, a escultura é uma obra de madeira policromada,

¹⁹ Exemplo desta semelhança é o Anjo Tocheiro, exposto no Museu da Inconfidência, e, a Nossa Senhora das Mercês, pertencente ao Museu de Arte Sacra do Pilar (PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO, 2020).

composta por uma imagem de vestir²⁰ entalhada em cedro, exibindo articulações²¹, pintura a base de óleo e vestes em cetim. Suas dimensões são de 80 cm de altura, 25 cm de largura e 29 cm de profundidade (SITE OURO PRETO, 2020). Apesar de ser denominada como Nossa Senhora da Guia, não há qualquer característica comprobatória de sua original iconografia. Assim, sua referência representativa vem da tradição oral do povoado de Santo Antônio do Salto (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E PATRIMÔNIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO, 2008). Segundo os dados da secretaria:

A imagem foi restaurada em 2007, pelo grupo Oficina de Restauro do Instituto Cultural Flávio Gutierrez, sob o patrocínio deste e apoio da Prefeitura Municipal de Ouro Preto. Seu reparo aconteceu em um atelier montado no Consistório da Igreja da Ordem Terceira do Carmo. Por sua vez, o trabalho foi iniciado em janeiro, sendo finalizado quatro meses depois. A equipe de trabalho era composta pelos técnicos em restauração Marçal José Rosa Roberto e Mauro Espírito Santo Souza, pelo aprendiz de restauração Lucia Regina Barreto Lisboa e pelos restauradores Maria Regina Reis Ramos e Adriano Ramos. Completamente restaurada, a obra foi entregue à Paróquia de Santa Efigênia, a qual o Salto se vincula, sendo posteriormente devolvida para a Igreja São Vicente de Paulo no dia 19 de maio de 2007. Além da figura de Nossa Senhora Guia, também foi restaurada pela oficina a pequena imagem de São João Batista, sendo entregue na mesma data.

²⁰ A denominação “imagem de vestir” refere-se às esculturas que possuem a parte da talha que fica escondida sob as vestes, resolvida de forma simplificada como um “manequim”, ou seja, o corpo está definido com todas as suas formas, porém esculpido de forma simplificada ou tosca deixando, portanto, muito explícita a intenção do artista de cobri-la posteriormente, com uma veste de tecido natural. A policromia se resume às áreas de carnação, havendo geralmente partes do corpo monocromadas representando vestes de baixo ou, então, totalmente sem policromia, deixando aparente a madeira. As partes visíveis como rosto, mãos e pés recebem tratamento esmerado na talha e na policromia. Possuem articulações, cabelos e vestes naturais. Os olhos podem ser esculpido na madeira e policromados, ou, de vidro (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E PATRIMÔNIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO, 2008).

²¹ A utilização da articulação, como recurso para propiciar movimento é muito antiga, tendo sido encontrada em um sarcófago romano uma boneca em madeira, datada do século I, com articulações nos ombros, cotovelos, coxas, joelhos, dedos das mãos e dos pés. A articulação utilizada na imaginária processional tem duas funções específicas: a primeira é que, através dela, se pode alterar a gestualidade da escultura, possibilitando a mudança das representações iconográficas. Outra função exercida pela articulação é a de promover maior facilidade no ato de vestir as imagens (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E PATRIMÔNIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO, 2008).

Figura 9 - Igreja de Santo Antônio



Fonte: Valmir Coelho - 2021

Figura 10 - Vista do Alto Praça Santo Antônio



Fonte: Valmir Coelho - 2021

A principal distinção da localidade do Salto é o cotidiano e as convivências em caráter de isolamento que devido à dificuldade de acesso, a comunidade pouco interagiu com culturas alheias a sua realidade. Neste contexto, a festa de Santo Antônio se tornou um diferencial, sendo uma das principais referências simbólicas saltenses. A prática desta celebração/comemoração, no dia 13 de junho, no lugarejo, remete ao século XIX, período em que o distrito do Salto foi ordenadamente ocupado (SECRETARIA MUNICIPAL DE

CULTURA E PATRIMÔNIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO, 2008).

Segundo esta fonte:

Devido ao afastamento da região, o principal público da festividade a Santo Antônio é praticamente a própria população do Salto. A estrutura ornamental de sua comemoração remete as festas juninas características do mês em que o santo é celebrado. Neste contexto, a igreja e seu adro se transformam em um grande palco da cultura brasileira. Além de todo aparato junino, tal como fogueira, bandeirinhas e barraquinhas de comidas e bebidas, o festejo a Santo Antônio também é animado com muita música e dança.

Outrora, o festejo dedicado a Santo Antônio era organizado pelos festeiros e mordomos, figuras tradicionais que preparavam os folguedos. Contudo, esta atuação popular na celebração do santo padroeiro local resultava na perda da influência eclesiástica que a partir de 1994, com a criação da Paróquia de Santa Efigênia, quando o Salto passou a ser gerido por esta Paróquia, as responsabilidades da comemoração passaram a ser formalmente organizadas pelo Conselho Comunitário de Pastorais (CCP), que assumiu completamente. A CCP na comunidade não aboliu a participação da população do Salto na área organizacional da festividade, contribuindo para aproximações e interações significativas (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E PATRIMÔNIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO, 2008). A secretaria atesta ainda que:

Assim, a principal função da CCP foi centralizar a organização da festa em associação plenamente atuante, formada por eclesiásticos e leigos, que são eleitos pela população a cada dois anos. Em sua faceta religiosa, a festa se inicia no interior da igreja com uma trezena a Santo Antônio, que antecede o fim de semana mais próximo ao dia do padroeiro. Possuindo uma temática diferente para cada dia de oração, a trezena também promove a reflexão dos problemas cotidianos sofridos pela comunidade católica do Salto. No décimo terceiro dia, a reza termina com o toque solene do sino, que anuncia a chegada do sábado festivo. Com a chegada do fim de semana a festa atinge seu ápice. No sábado acontece o principal evento religioso do festejo, ou seja, a procissão da bandeira de Santo Antônio. Por sua vez, esta sai da residência de um mordomo escolhido pela CCP e passa pelas principais vias da localidade, sendo carregada até a igreja local. Todo ato é feito ao som de uma banda convidada, já que o Salto não possui um conjunto musical próprio. Em seqüência ao cortejo há uma breve celebração eucarística dentro da igreja, sendo seguida pelo levantamento do mastro que alçará a bandeira do santo padroeiro²². Assim, o sábado se encerra no adro da igreja, junto às barraquinhas, com muita animação, música e dança.

O domingo festivo no distrito inicia-se cedo, com missa homenageando as crianças e os antigos moradores. Na parte da tarde, ocorre celebração eucarística em adoração a Santo Antônio. Após estas práticas tradicionais, o festejo assume caráter popular com leilão de

²² Cabe aqui ressaltar que a bandeira de Santo Antônio existente no Salto não tem autoria e datação conhecida. Esta fica sob guarda eclesiástica até o início do festejo, sendo repassada aos encargos do mordomo, que tem por obrigação orná-la para a comemoração. Passada algum tempo depois da festa de Santo Antônio, a bandeira é retirada do mastro e devolvida para os cuidados da CCP.

prendas diversificadas, angariadas pela CCP. É neste ambiente místico, que atos religiosos se emaranham às ações profanas, com a apresentação do Congado de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. O congado representa o hibridismo religioso peculiar à cultura brasileira. Por fim, se encerra com a procissão, na qual os fiéis carregam a histórica imagem de Santo Antônio, juntamente com a figura de Maria Concebida, venerada pelos católicos saltenses (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E PATRIMÔNIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO, 2008).

Em termos educacionais, até o ano de 1952, a escola não funcionava em lugar fixo. Era em casa que os escassos estudantes aprendiam. Em 1952, através de decreto municipal foi designada oficialmente a escola. Em 1962, a mesma é transferida para a responsabilidade administrativa da rede estadual. Em 1972, ela torna-se uma instituição particular, pertencente à Alcan Alumínio do Brasil e denominada Escola José Pandiá Calógeras. Em 1985, volta a ser Escola Estadual Aleijadinho, sendo em 1997 municipalizada com funcionamento de Educação Infantil ao Ensino Fundamental e 276 alunos matriculados (CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO, 2020).

O distrito vem crescendo desordenadamente nos últimos vinte anos, mas o sítio natural e a tipologia das edificações ainda não transformaram profundamente as estruturas urbanísticas. O Plano Diretor e Lei de Uso e Ocupação do Solo promulgado em 28 de dezembro de 2006 consideram as diretrizes que regulamentam as novas edificações e ocupações (PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO, 2020). a secretaria de educação afirma que:

Atualmente, a Escola Municipal Aleijadinho de Educação Infantil e Ensino Fundamental conta com 25 funcionários e atende aproximadamente 170 alunos oferecendo a Educação Infantil de 3 a 5 anos e Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano. Com visão no futuro, nossa escola tem como missão oferecer ensino de qualidade à comunidade e propiciar condições para uma aprendizagem significativa, atualizada e eficaz, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e conscientes dos seus deveres e direitos, capazes de atuar como agentes de mudança no meio em que vivem. Entre nossas ações estão os projetos de valorização e incentivo a leitura e escrita, como também projetos que integram escola e comunidade como o Dia da Família, a Gincana do Estudante e a Gincana da Criança.

Figura 11 - Escola Municipal Aleijadinho e Museu Theodoro Xavier



Fonte: <https://educacao.ouropreto.mg.gov.br/escola/em-aleijadinho/inicio>

Pouco se sabe sobre a história da pedra de Santo Antônio, segundo relatos de alguns moradores mais velhos, a comunidade recebeu o nome de Santo Antônio do Salto em referência à semelhança da imagem de Santo Antônio em perfil, aparente em uma parte deslocada da montanha principal, sendo que essa vista só é possível em dois pontos exclusivos. Um desses pontos é na estrada principal, na chegada da comunidade outro está na estrada acima do cânion do funil. Do perímetro urbano distrital não é possível observar a pedra que se assemelha à imagem de Santo Antônio (PORTAL OURO PRETO, 2019).

Figura 12 - Foto da Pedra de Santo Antônio - Vista da Estrada de Chegada ao Distrito (indicada pela seta)



Fonte: Valmir Coelho - 2021

Figura 13 - Foto da Pedra de Santo Antônio - Vista do Alto do Cânion (indicada pela seta)



Fonte: Valmir Coelho - 2021

Geologicamente, segundo a Câmara Municipal de Ouro Preto (2020), a área é composta por gnaisses pertencentes ao Complexo Santo Antônio do Pirapetinga, representado por metagranitos, de idade Meso e Neoarqueana, discretamente foliados, constituídos por grãos finos, médios e grossos de quartzo e feldspatos (porção leucocrática) e cristais de biotita (porção melanocrática). O Complexo é constituído por ortognaisses de composição tonalítico-trondhemitico e granodiorítico. O Cânion do Funil está inserido ao longo de uma falha geológica com direção E-W denominada Engenho (PIASSA, 2018²³). A área do Cânion do Funil está inserida no Grupo Itacolomi, de idade paleoproterozóica, onde afloram quartzitos deformados constituídos por quartzo, sericita e clorita (CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO, 2020).

Geomorfologicamente, a região e entorno pode ser descrita por relevo côncavo-convexo com vales canalizados em cabeceiras de drenagem denominados de anfiteatros. E é caracterizada por um relevo composto por mares de morros, em que domina a forma de meia laranja, com encostas suaves, topos convexos e vales côncavos circundados por morrotes com vertentes mais íngremes onde é possível observar a presença de alguns afloramentos rochosos. A geomorfologia local é controlada por eventos tectônicos

²³ PIASSA, Luand. A Falha do Engenho revisitada [manuscrito]: sul do Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais - 2018. 156f.: il.

relacionados à Falha do Engenho e pela erosão fluvial diferencial provocada pelo Rio Mainart. Portanto, o que se observa é um relevo escarpado constituído por quartzitos mais resistentes nas porções mais elevadas. As elevações médias oscilam entre 730m, 769 m, 960 m e 1208m (CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO, 2020).

O clima da região é predominantemente tropical de altitude, caracterizado por duas estações bem definidas: estação chuvosa, ocorrendo entre os meses de outubro e fevereiro e estação seca, entre os meses de julho e agosto. A região apresenta uma temperatura média anual variando entre 17,4° e 21,8° C, sendo a média dos meses mais quentes inferior a 22°C e do mês mais frio inferior a 18°C. Segundo Guimarães, Reis e Landau (2010, p.), a região possui pluviosidade média anual variando entre 1000 e 2100 mm. A região possui pluviosidade média anual variando entre 1000 e 2100 mm (CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO, 2020).

Hidrograficamente, as águas que drenam esta paisagem pertencem a bacia hidrográfica do Rio Doce. A Cachoeira do Fundão está situada no Córrego do Baú, afluente à direita do Rio Mainart, sendo esse tributário também à margem direita do Rio Gualaxo do Sul. O rio Mainart e o Ribeirão Dom José são os principais tributários da sub-bacia do Rio Gualaxo do Sul, com cerca de 320 km² (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E PATRIMÔNIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO, 2008). As condições do relevo ampliam rios encachoeirados, córregos encaixados e Cânions. A existência de represas é um fator local a ser considerado com toda especificidade de sua dinâmica hidrográfica (CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO, 2020).

No que se refere à vegetação, a região pode ser apontada como zona de transição entre os domínios de vegetação pertencentes ao Cerrado e a Mata Atlântica. Verifica-se a presença de uma vegetação típica do Cerrado, sendo comum a presença de gramíneas, arbustos e árvores esparsas sendo essas caracterizadas por caules retorcidos e raízes longas, que permitem a melhor absorção da água. Nas adjacências imediatas aos corpos d'água são observadas matas ciliares ou matas de galeria cujo nível de preservação é moderado a alto. Alguns locais em função da ação humana encontram-se bastante degradados em virtude de impactos, com destaque para a queimada. Na área de entorno da cachoeira, a vegetação sofre impactos diretos. Em áreas serranas, por crescer ao longo de um afloramento de quartzitos com alta declividade, a vegetação local é praticamente toda constituída por campos rupestres intercalados com uma vegetação de maior porte em área onde o regolito se encontra mais espesso (CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO, 2020).

Sendo a vegetação, um elemento preponderante para a fauna local, segundo o Instituto Estadual de Florestas do estado de Minas Gerais (IEF MG), são encontrados na área, várias espécies de animais, com destaque para uma série de vertebrados catalogados como: beija-flor de gravata (*Augastes lumachellus*), carcará (*Caracara plancus*), gato mourisco (*Herpailurus yagouaroundi*), gavião pinhé (*Milvago chimachima*), jacu açu (*Penelope obscura*), jaguatirica, macaco-sauá (*Callicebus personatus*), micos, paca (*Agouti paca*), raposa (*Vulpes sp.*), sabiá (*Turdus amaurochalinus*), tamanduá-mirim (*Tamandua tetradactyla*), tapeti (*Sylvilagus brasiliensis*), trinca-ferro (*Saltator coerulescens*), dentre outras (CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO, 2020).

3. PATRIMÔNIOS MATERIAIS E IMATERIAIS DA COMUNIDADE DE SANTO ANTÔNIO DO SALTO

Com grande diversidade patrimonial e notável potencial turístico a comunidade teve por iniciativa da Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio da Prefeitura Municipal de Ouro Preto, iniciado no ano de 2007 o mapeamento dos bens culturais materiais e imateriais e inventário destes. Sendo assim, o conteúdo seguinte se refere ao resultado obtido por este inventário.

Na sequência do estudo que evidencia as conexões entre cultura, memória e identidade apresenta-se aspectos analíticos do Inventário do Patrimônio Cultural, Material e Imaterial, do Distrito de Santo Antônio do Salto, Ouro Preto – MG.

Designada de Capela Nossa Senhora dos Remédios e situada na localidade de Fundação do Cintra, encontra-se sobre a responsabilidade da Paróquia de Santa Efigênia, vinculada à Diocese de Mariana. (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E PATRIMÔNIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO. 2008). De acordo com esta fonte:

Localizada em região afastada da entrada do distrito, a igreja está implantada em terreno natural, próxima a um rio. A estrada que dá acesso à igreja, não possui pavimentação e tem topografia em aclive. Possui iluminação pública e a água de abastecimento é provida por mina. No entorno possuem algumas edificações afastadas umas das outras. Todas de tipologia simples e características contemporâneas.

Figura 14 - Fachada Principal Capela Nossa Senhora dos Remédios



Fonte: Valmir Coelho – 2021

Figura 15 - Interior da Capela Nossa Senhora dos Remédios (Altar Mor)



Fonte: Elisângela R. Silva Araújo Data: 18/03/2008

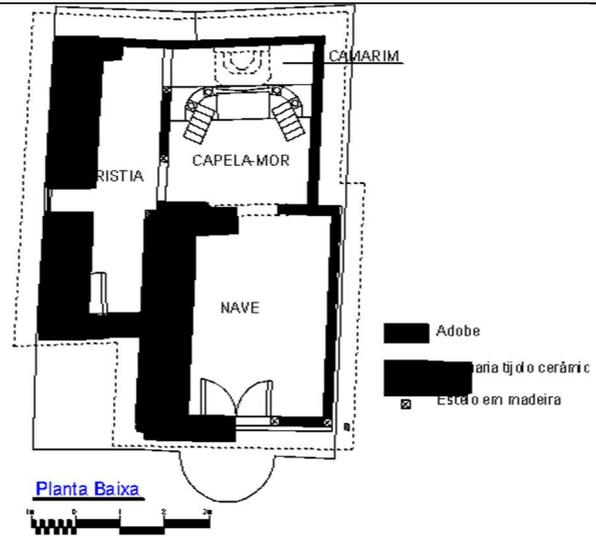
Possivelmente, a Capela de Nossa Senhora dos Remédios foi construída no século XVIII, como indica sua tipologia arquitetônica e as técnicas utilizadas em sua edificação. Entretanto, não foram localizados registros sobre financiadores ou arrematantes. Conforme relatos, ela fora construída pelos donos da Fazenda do Fundão, que dominou a região até meados do século XIX, quando o colapso da exploração aurífera atingiu as Minas Gerais chegando ao arraial do Salto, assolando a economia local. Contudo, igualmente não foram encontrados documentos sobre os proprietários da fazenda demolida no início do século XX. Segundo alguns dos moradores do distrito, as adjacências dessa capela eram repletas de casarões e sobrados, todos pertencentes a família de fazendeiros. Mas, com o declínio daquelas paragens, eles foram abandonados, desabando ou sendo demolidos, não restando nem mesmo as bases de pedra (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E PATRIMÔNIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO, 2008). A secretaria alega que:

O lote é construído ocupado por dois imóveis. O lote possui um jardim frontal, espaço para garagem em ambos os lados da construção. O terreno tem configuração irregular, apresentando fechamento em arame farpado. O embasamento da construção é em pedra, a soleira da porta é cimentada. A igreja está no mesmo nível do terreno, tendo um platô de pedra, de forma a nivelá-la. Tem acesso direto, sem o uso de escadarias ou algum adro. Sua planta não segue a tipologia tradicional de cruz, romana ou grega. Sendo que a mesma também não segue uma simetria. Seu estilo é simples, sem muitos ornamentos ou decorações. Não possui espaço específico para o coro, a nave está no centro, o altar aos fundos e a sacristia ocupa a porção lateral. O piso do átrio é em cerâmica, e do púlpito de madeira. A sacristia é de cimento queimado. Existe forro apenas no púlpito, sendo este em madeira. A pintura da fachada é látex. As cores predominantes da fachada são branca e das esquadrias marrom. Os vãos da fachada são em madeira, assim como as esquadrias e os pilares de sustentação. O Beiral é acachorrado e o coroamento é em madeira. As telhas são do tipo cerâmico e curvas. A verga das janelas e da porta lateral é reta e da porta principal é de arco abatido.

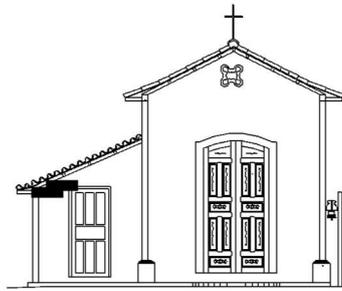
Quadro VI – Dados de Proteção Patrimonial Capela de Nossa Senhora dos Remédios

Proteção legal existente	Nenhuma
Proteção legal proposta	Inventário
Estado de conservação	Ruim
Análise do estado de conservação	Rachaduras e fissuras nas paredes; descolamento de pintura e reboco; telhas quebradas; degraus da escada do altar e o forro se encontram deteriorados.
Fatores de degradação	Falta de manutenção
Medidas de conservação	Deve-se fazer uma manutenção periódica dos aspectos físicos, estruturais e compositivos da Capela.
Intervenções Responsável/Data	– Inexistente
Informações complementares	Inexistente

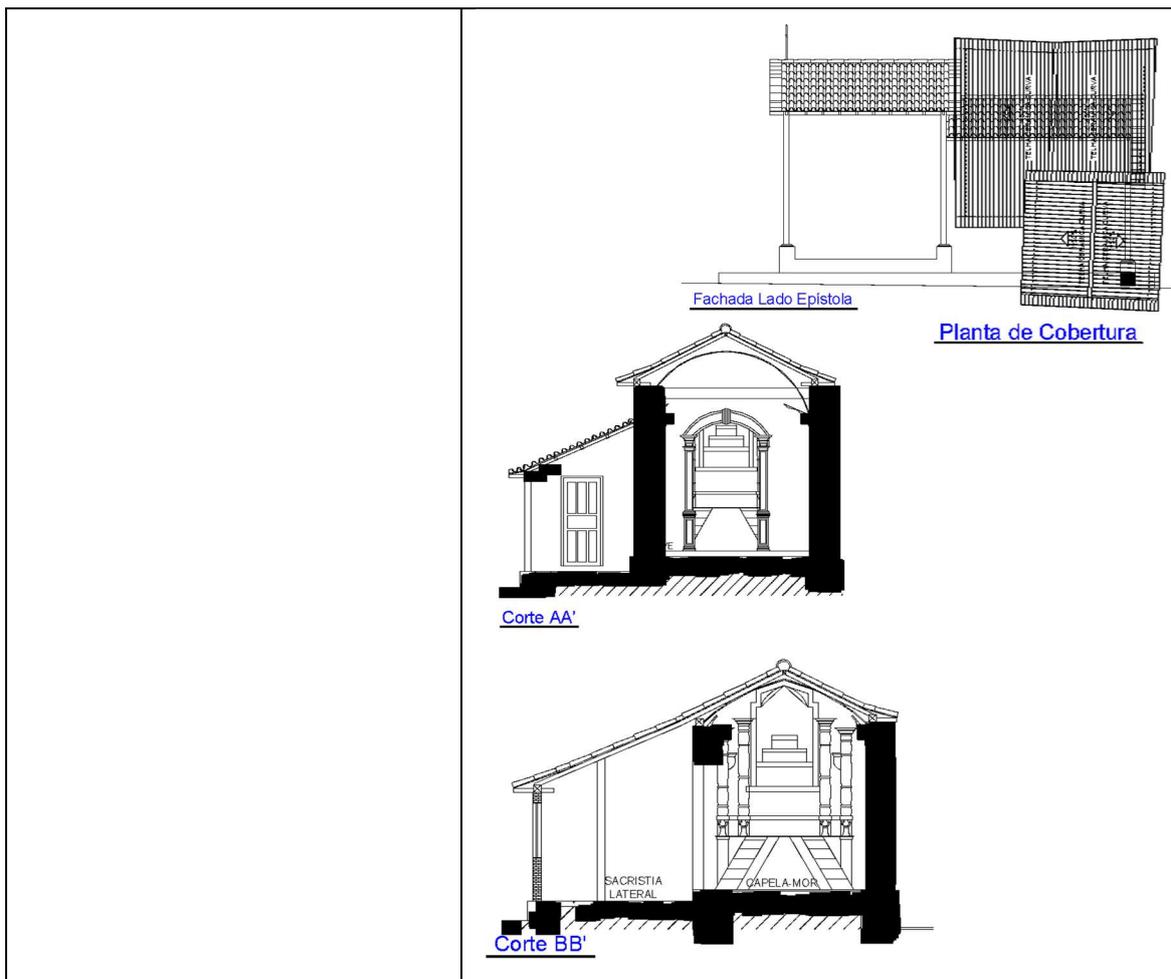
Planta baixa



Planta Baixa



Fachada Frontal



Fonte: Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio da Prefeitura Municipal de Ouro Preto. 2008

Como parte do acervo da Capela Nossa Senhora dos Remédios está a Imagem de Nossa Senhora dos Remédios especificamente localizada no altar mor. Provavelmente esculpida no século XVIII, sua autoria, origem e procedência é desconhecida. O material e/ou técnica utilizados foi a madeira e inexistem marcas, inscrições ou legendas (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E PATRIMÔNIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO, 2008). Os documentos analisando descrevem que:

Imagem de roca, onde apenas o busto, os braços e a cabeça são entalhes, assim como a imagem que ela carrega no braço esquerdo. Essas partes são sustentadas por uma estrutura de metal amarrado por cordas a uma base de madeira. Os braços são articulados nos cotovelos e nos ombros. O capelo parece ser natural. A imagem está vestida com um manto branco e tem sobre a cabeça um véu rendado.

Figura 16 - Imagem Nossa Senhora dos Remédios Vista lateral esquerda e direita Vista posterior Vista frontal e lateral (sem vestimenta)



Fonte: Foto de Elisângela R. Silva Araújo

Quadro V – Dados de Proteção Patrimonial Imagem de Nossa Senhora dos Remédios	
<i>Condições de segurança</i>	Precárias

<i>Proteção legal existente</i>	Nenhuma
<i>Proteção legal proposta</i>	Inventário
<i>Dimensões</i>	Altura (H): 50,0cm Base (B): 48,0cmx34,0cmx17,0cm O Menino Jesus tem H: 15,0cm
<i>Estado de conservação</i>	Regular
<i>Análise do estado de conservação</i>	A imagem apresenta problemas na articulação dos braços e a pintura do rosto está danificada.
<i>Intervenções – Responsável/Data</i>	Não foram encontrados registro de intervenções
<i>Características técnicas</i>	Imagem de roca.
<i>Características estilísticas</i>	A imagem possui características típicas do século XVIII, provável época de sua manufatura.
<i>Características iconográficas</i>	A imagem fica exposta no altar da capela, de onde é retirada apenas para eventos religiosos.
<i>Dados históricos</i>	Não foram encontrados registros históricos sobre essa peça ou sobre as circunstâncias de sua incorporação ao acervo da capela.

Fonte:Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio da Prefeitura Municipal de Ouro Preto. 2008.

Também se insere no acervo da Capela Nossa Senhora dos Remédios, um objeto litúrgico designado como sino cuja localização específica é um campanário contíguo ao lado direito da capela. Na época de sua fabricação remota ao ano de 1836, como indica uma inscrição no sino, mas o autor, a origem e a procedência são desconhecido. O material e/ou técnica trabalhados foi o bronze fundido. O bronze não apresenta marcas, nem inscrições, e nem legendas. O sino contém cruz ladeada por decoração floral e na metade inferior descreve números referentes à sua datação. (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E PATRIMÔNIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO, 2008). Para a secretaria:

A tradição dos sinos é uma herança antiga do catolicismo português, trazida para o Brasil ainda no século XVI. Seus diferentes toques regiam a vida do cristão, transmitindo mensagens e comunicados através do badalar codificado dos sinos. Em Minas Gerais, essa tradição se enraizou profundamente, transformando-se em um dos principais patrimônios religiosos do estado. Principalmente na região das lavras, onde a grande quantidade de ouro ergueu matrizes, igrejas e capelas magníficas.

Não foram encontrados registros históricos sobre essa peça ou sobre as circunstâncias de sua incorporação ao acervo da capela.

Figura 17 - Detalhes da decoração do sino



Fonte: Foto Elisângela R. Silva Araújo 18/03/2008

Quadro VI – Dados de Proteção Patrimonial do sino

<i>Condições de segurança</i>	Regular
<i>Proteção legal existente</i>	Nenhuma
<i>Proteção legal proposta</i>	Inventário
<i>Dimensões</i>	Diâmetro máximo(D): 26,0cm Altura (H): 23,0cm Suporte de sustentação do sino: 2,28m
<i>Estado de conservação</i>	Bom
<i>Análise do estado de conservação</i>	Apesar de sujo devido à exposição ao tempo, a peça apresenta bom estado de conservação.
<i>Intervenções – Responsável/Data</i>	Não há registro de intervenções
<i>Características técnicas</i>	Sino de bronze fundido e trabalhado, com bojo voltado para baixo e badalo central de ponta em bola.
<i>Características estilísticas</i>	Estilo característico da provável época de fundição
<i>Informações complementares</i>	Não há informações complementares

Fonte:Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio da Prefeitura Municipal de Ouro Preto. 2008.

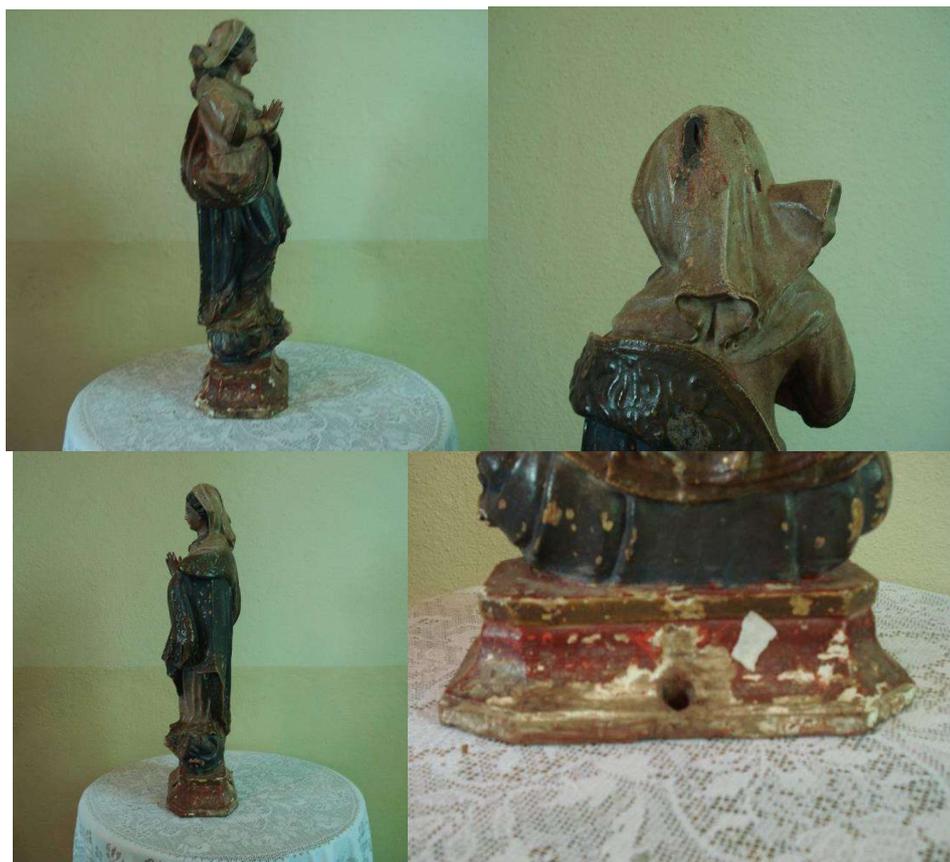
Prosseguindo com apresentação dos Acervos da comunidade do Salto, apresenta-se como patrimônio local a imagem de Nossa Senhora da Conceição pertencente à Igreja de Santo Antônio localizada à Praça Santo Antônio e também sob jurisdição da Paróquia de Santa Efigênia. A imagem em madeira coberta por policromia, datada provavelmente do

século XVIII fica na Sacristia. Desconhecem-se a autoria, a origem e a procedência e inexistem marcas, inscrições e legendas. “A imagem está de pé com a cabeça voltada para frente e as mãos unidas sobre o peito”. “É coberta por uma túnica entalhada e tem sobre os ombros um manto com rocalhas nas pontas” (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E PATRIMÔNIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO, 2008.). Pelos estudos apontados pela secretaria:

O culto a Nossa Senhora é a glorificação da Imaculada Conceição de Maria, tida como sagrada por estar livre do Pecado Original. Os registros mais antigos de sua existência foram encontrados no Oriente, e datam do século VII. Em 1646, Dom João IV, dedicou à Virgem Imaculada o reino de Portugal, e, em 1708, sua celebração tornou-se obrigatória para o cristianismo, através do ofício de Clemente XI. Essa tradição foi trazida para o Brasil junto com os primeiros navegantes portugueses que aqui aportaram e sua primeira imagem chegou em uma das naus de Pedro Álvares Cabral. Seus grandes propagadores em solo brasileiro foram os Frades Menores Franciscanos que iniciara suas pregações na Bahia em 1549, quando Tomé de Souza chegou a Salvador trazendo uma nova escultura da santa. Logo o culto se espalhou pela colônia, onde foram erigidos vários templos em sua homenagem. Ela tornou-se protetora do Brasil ainda nesse período e foi proclamada Padroeira do Império Brasileiro por Dom Pedro I. Já no despontar do século XX, com o advento da República, o título cedeu lugar ao de Nossa Senhora Aparecida, em referência a uma antiga imagem da Virgem encontrada nas águas do rio Paraíba do Sul. Não foram encontrados registros históricos sobre essa peça ou sobre as circunstâncias de sua incorporação ao acervo da capela.

Figura 18 - Imagem de Nossa Senhora da Conceição vista em ângulos diferentes e seus detalhes com sua base danificada





Fonte: Foto de Elisângela R. Silva Araújo

Quadro VII – Dados de Proteção Patrimonial Imagem de Nossa Senhora da Conceição

<i>Condições de segurança</i>	Razoáveis
<i>Proteção legal existente</i>	Nenhuma
<i>Proteção legal proposta</i>	Inventário
<i>Dimensões</i>	Altura (H): 45,0cm Base (B): 22,0cmx12,0cmx6,0cm
<i>Estado de conservação</i>	Ruim
<i>Análise do estado de conservação</i>	A imagem apresenta trincas, com processo de deterioração e pintura desgastada.
<i>Intervenções – Responsável/Data</i>	Não foram encontrados registro de intervenções
<i>Características técnicas</i>	Imagem esculpida em madeira, com acabamento em policromia.
<i>Características estilísticas</i>	A imagem possui características típicas do século XVIII, provável época de sua manufatura.
<i>Informações complementares</i>	Não há informações complementares

Fonte:Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio da Prefeitura Municipal de Ouro Preto. 2008.

Na Igreja de Santo Antônio há uma imagem em madeira coberta por policromia de São José. Provavelmente esculpida no século XIX, localiza-se num pequeno altar feito com pedra de granito fixado em uma das paredes internas do templo. Não há marcas ou inscrições, o autor desconhecido, a origem é desconhecida e a procedência também. Trata-se de uma

“imagem de pé com o rosto voltado para frente vestida de túnica e coberta por um manto”. A mesma “carrega uma criança na mão direita, que segura um globo” (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E PATRIMÔNIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO, 2008).

Figura 19 - Imagem de São José carregando o Menino Jesus vista em ângulos diferentes, e sobre uma pedra de granito fixada na parede



Fonte: Foto de Elisângela R. Silva Araújo

Quadro VIII – Dados de Proteção Patrimonial Imagem de São José carregando o Menino Jesus

<i>Condições de segurança</i>	Razoáveis
<i>Proteção legal existente</i>	Nenhuma
<i>Proteção legal proposta</i>	Inventário
<i>Dimensões</i>	Altura (H): 35,0cm Base (B): 13,0cmx10,0cmx2,0cm
<i>Estado de conservação</i>	Ruim
<i>Análise do estado de conservação</i>	A imagem está deteriorada apresentando pintura desgastada.
<i>Intervenções – Responsável/Data</i>	Não foram encontrados registro de intervenções.
<i>Características técnicas</i>	Imagem esculpida em madeira, com acabamento em policromia.

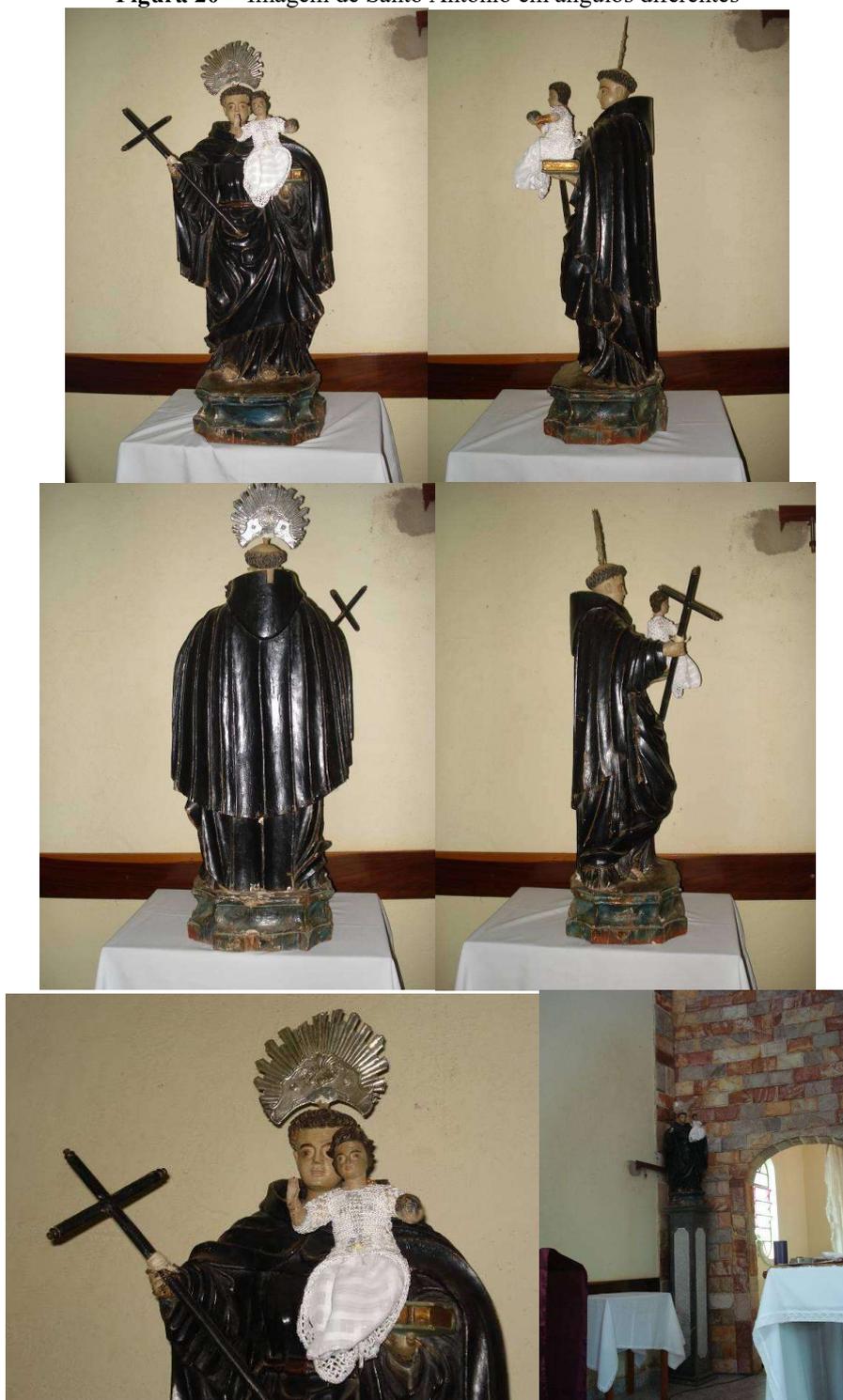
<i>Características estilísticas</i>	A imagem possui características típicas do século XIX, provável época de sua manufatura.
<i>Características iconográficas</i>	A imagem de São José fica exposta na nave da igreja e é utilizada em procissões e festejos religiosos.
<i>Dados históricos</i>	Não foram encontrados registros históricos sobre essa peça ou sobre as circunstâncias de sua incorporação ao acervo da capela.

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio da Prefeitura Municipal de Ouro Preto. 2008

Outra Imagem significativa para a comunidade é a de Santo Antônio localizada sobre um pedestal, no canto, ao lado esquerdo do altar. Provavelmente do século XVIII, sua autoria é desconhecida, assim como sua origem e procedência. Trata-se de Imagem em madeira coberta por policromia, sem marcas legendas ou inscrições. Imagem masculina jovem, em pé, com a cabeça voltada para frente, olhos azuis em vidro, fixando os devotos. Seu semblante é “magro, ovalado, com carnação tipo pele clara, tendo as pálpebras demarcadas, cílios e sobrancelhas pintadas; o nariz é fino e a boca pequena”. “Atrás da cabeça está fixada uma auréola feita de metal. Está vestido com hábito preto, coberto por um manto. Na mão direita ele segura uma cruz de madeira e na esquerda uma criança sentada sobre a bíblia”. De acordo com o inventário analisado:

O reconhecimento da santidade do lisboeta Fernando Martim de Bulhões e Taveira Azevedo (1195 -1231), mais conhecido por Santo António ocorreu pouco depois da sua morte. No século XIII já era patrono de cerca de quarenta Igrejas em Portugal. No entanto a difusão mundial do seu culto só ocorreu a partir do século XVI, quando se tornou no santo nacional daquele reino. Os marinheiros portugueses foram os grandes promotores desse culto pelo mundo, identificando-se com as histórias de sua vida e recorrendo a ele em busca de proteção e de graças. Esse culto chegou ao Brasil trazido ainda nas primeiras caravelas que aqui aportaram, logo se espalhando por todo o território. Nas Minas Gerais não foi diferente e vários templos foram erigidos em sua homenagem. Santo Antônio tornou-se um dos mais multifacetados da Igreja Católica, recebendo diversas alcunhas como: ajudante de combates, protetor de naufragos, casamenteiro, pesquisador de objetos perdidos, curador de doentes e de animais, etc. Não foram encontrados registros históricos sobre essa peça ou sobre as circunstâncias de sua incorporação ao acervo da capela.

Figura 20 - Imagem de Santo Antônio em ângulos diferentes



Fonte: Foto de Elisângela R. Silva Araújo

Quadro IX – Dados de Proteção Patrimonial Imagem de Santo Antônio

<i>Condições de segurança</i>	Razoáveis
<i>Proteção legal existente</i>	Nenhuma
<i>Proteção legal proposta</i>	Inventário

<i>Dimensões</i>	Altura (H): 78,0cm Base (B): 34,0cmx27,0cmx12,0cm Cruz: 43,0cm x 17,0cm Esplendor de Prata: 16,0cmx17,0cm Menino Jesus: 24,0cmx15,0cm
<i>Estado de conservação</i>	Regular
<i>Análise do estado de conservação</i>	Perda de partes da imagem e pintura deteriorada.
<i>Intervenções – Responsável/Data</i>	Não foram encontrados registro de intervenções
<i>Características técnicas</i>	Imagem esculpida em madeira, com acabamento em policromia e folhas de ouro.
<i>Características estilísticas</i>	A imagem possui características típicas do século XVIII, provável época de sua manufatura.
<i>Informações complementares</i>	Não há informações complementares

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio da Prefeitura Municipal de Ouro Preto. 2008

Ainda na matriz do distrito encontra-se a Imagem do Senhor dos Passos inserida num pequeno altar feito com pedra de granito fixado em uma das paredes internas da igreja. Provavelmente no século XIX, trata-se também de um patrimônio de autoria desconhecida, origem desconhecida, bem como procedência desconhecida. O trabalho artesanal foi executado em madeira coberta por policromia e a imagem encontra-se sem legendas ou inscrições. Para o registro da secretaria de cultura:

O culto ao Senhor dos Passos tem especial trajetória nas Minas. Geralmente, nas mais antigas criações, é uma imagem de roca, com vestes vermelhas ou roxas. Na Procissão do Encontro, carrega a cruz às costas. Possui o rosto ensangüentado e a coroa de espinhos. A imagem de Santo Antônio do Salto é utilizada nas famosas “charolas”, quando o Senhor dos Passos é posto em um andor e percorre as casas dos moradores convidando-os a participar das homenagens. Não foram encontrados registros históricos sobre essa peça ou sobre as circunstâncias de sua incorporação ao acervo da capela.

Figura 21 - Imagem do Senhor dos Passos com e sem vestimentas





Fonte: Foto Elisângela R. Silva Araújo

Quadro X – Dados de Proteção Patrimonial Imagem do Senhor dos Passos

<i>Descrição</i>	Imagem ajoelhada, sem articulações, carregando uma cruz no ombro esquerdo.
<i>Condições de segurança</i>	Razoáveis.
<i>Proteção legal existente</i>	Nenhuma
<i>Proteção legal proposta</i>	Inventário
<i>Dimensões</i>	Altura (H): 50,0cm Base(B): 30,0cmx24,0cmx1,5cm Cruz: 39,0cmx26,0cm
<i>Estado de conservação</i>	Bom
<i>Análise do estado de conservação</i>	Razoável

<i>Intervenções – Responsável/Data</i>	Não foram encontrados registro de intervenções
<i>Características técnicas</i>	Imagem esculpida em madeira.
<i>Características estilísticas</i>	A imagem possui características típicas do século XIX.
Informações complementares	Não há informações complementares

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio da Prefeitura Municipal de Ouro Preto. 2008.

A Imagem Nossa Senhora da Guia pertence à Sacristia da Igreja de Santo Antônio do Salto sendo provavelmente do século XVIII e cujo Material e/ou técnica são: Madeira, tecido/escultura, recorte, policromia. A Imagem encontra-se sem legendas ou inscrições e sua Autoria, Origem e Procedência são. Trata-se de uma Imagem religiosa “com a cabeça e as mãos entalhadas, encaixadas no corpo articulado nos ombros, cotovelos e punhos, sustentada por estrutura de madeira. A mesma “é coberta por um manto branco e um véu rendado.

Figura 22 - Vista frontal e lateral da Imagem de Nossa Senhora da Guia (com e sem vestimenta) e detalhes da cabeça



Fonte: Foto de Elisângela R. Silva Araújo

Quadro XI – Dados de Proteção Patrimonial Imagem de Nossa Senhora da Guia

<i>Condições de segurança</i>	Boa
<i>Proteção legal existente</i>	Nenhuma
<i>Proteção legal proposta</i>	Inventário PMOP/SMPDU
<i>Dimensões</i>	Altura (H): 75,0cm Base: Diâmetro (D) = 25,0cm ; (H) = 4,0cm
<i>Estado de conservação</i>	Bom
<i>Análise do estado de conservação</i>	Pintura desgastada.
<i>Intervenções – Responsável/Data</i>	Restauração na parte inferior da imagem (roca).
<i>Características técnicas</i>	Imagem esculpida em madeira, com acabamento em policromia, e membros articulados.
<i>Características estilísticas</i>	A imagem possui características típicas do século XVIII, provável época de sua manufatura.
<i>Características iconográficas</i>	- O culto a Nossa Senhora é a glorificação da Imaculada Conceição de Maria, tida como sagrada por estar livre do Pecado Original. Os registros mais antigos de sua existência foram encontrados no Oriente, e datam do século VII. Em 1646, Dom João IV, dedicou à Virgem Imaculada o reino de Portugal, e, em 1708, sua celebração tornou-se obrigatória para o cristianismo, através do ofício de Clemente XI. Essa tradição foi trazida para o Brasil junto com os primeiros navegantes portugueses que aqui aportaram e sua primeira imagem chegou em uma das naus de Pedro Álvares Cabral. Seus grandes propagadores em solo brasileiro foram os Frades Menores Franciscanos que iniciara suas pregações na Bahia em 1549, quando Tomé de Souza chegou a Salvador trazendo uma nova escultura da santa. Logo o culto se espalhou pela colônia, onde foram erigidos vários templos em sua homenagem. Uma das derivações desse culto é a Nossa Senhora da Guia, tida como iluminadora dos caminhos e destinos.
<i>Dados históricos</i>	Não foram encontrados registros históricos sobre essa peça ou sobre as circunstâncias de sua incorporação ao acervo da capela.
<i>Informações complementares</i>	Não há informações complementares

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio da Prefeitura Municipal de Ouro Preto. 2008

A Igreja de Santo Antônio possui um objeto sacro denominado de crucifixo e também componente da sacristia. O objeto litúrgico, patrimônio da comunidade de Santo Antônio do

Salto provavelmente data do século XVIII e como as demais peças já relatadas tem autoria desconhecida, origem e procedência desconhecidas. A Imagem do Cristo Crucificado encontra-se sem legendas ou inscrições e foi feita em madeira coberta por policromia. Imagem “com a cabeça inclinada para sua direita”. “A cruz é trabalhada, tendo rocalhas encaixadas nas extremidades e flâmulas de madeira saído do centro, nas costas. A base de madeira imita as pedras de sustentação” (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E PATRIMÔNIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO, 2008). Para os técnicos que redigiram o documento da secretaria:

O crucifixo tornou-se um dos mais fortes símbolos do catolicismo desde seus primeiros momentos. Sozinho, ou complementado pela imagem de cristo maltratado, ele sempre está presente em altares e imagens sacras, lembrando a todos os cristãos o sacrifício do messias. No caso dessa peça, sua larga base de madeira permite apoiá-la facilmente em superfícies planas, como mesas e altares centrais. Além disso, assim como os outros crucifixos inventariados, com seu pouco peso e tamanho reduzido, servia muito bem para procissões e eventos religiosos afastados. Não foram encontrados registros históricos sobre essa peça ou sobre as circunstâncias de sua incorporação ao acervo da capela.

Figura 23 - Vista frontal e lateral do crucifixo



Fonte: Foto de Elisângela R. Silva Araújo

Quadro XII – Dados de Proteção Patrimonial Imagem do Cristo Crucificado

<i>Condições de segurança</i>	Boa
<i>Proteção legal existente</i>	Nenhuma
<i>Proteção legal proposta</i>	Inventário
<i>Dimensões</i>	Altura (H): 72,0cm Base (B): 38,0cmx11,0cm
<i>Estado de conservação</i>	Bom
<i>Análise do estado de conservação</i>	O crucifixo está em bom estado de conservação, sendo que a parte escrita, JNRJ, está solta.
<i>Intervenções – Responsável/Data</i>	Não há registro de intervenções
<i>Características técnicas</i>	Imagem esculpida em madeira, montada por encaixe e pregos, coberta por policromia.
<i>Características estilísticas</i>	Crucifixo de altar ou de mesa, com base de apoio, com características estilísticas simples, sem tipologia definida.
<i>Informações complementares</i>	Não há informações complementares

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio da Prefeitura Municipal de Ouro Preto. 2008

Na sacristia há um crucifixo, um objeto litúrgico provavelmente final do século XIX e início do XX Madeira esculpida, montada em partes e coberta por policromia e com a marca INRI. A Imagem do Cristo Crucificado, caracteriza-se pela cabeça inclinada para a direita com a cruz em estilo simples, em base de madeira. As condições do crucifixo anterior se repetem na conjuntura deste objeto descrito (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E PATRIMÔNIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO, 2008).

Figura 24 - Vista frontal e lateral do crucifixo Jesus Cristo crucificado





Fonte: Foto de Elisângela R. Silva Araújo

Quadro XIII - Crucifixo Jesus Cristo crucificado

<i>Condições de segurança</i>	Boa
<i>Proteção legal existente</i>	Nenhuma
<i>Proteção legal proposta</i>	Inventário
<i>Dimensões</i>	Altura (H): 64,0cm Base (B): 23,0cmx15,0cm
<i>Estado de conservação</i>	Bom
<i>Análise do estado de conservação</i>	O crucifixo está em bom estado de conservação.
<i>Intervenções – Responsável/Data</i>	Não foram encontrados registro de intervenções
<i>Características técnicas</i>	Imagem esculpida em madeira, montada por encaixe e pregos, coberta por policromia.
<i>Características estilísticas</i>	Crucifixo de altar ou de mesa, com base de apoio, com características estilísticas simples, sem tipologia definida.
<i>Informações complementares</i>	Não há informações complementares

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio da Prefeitura Municipal de Ouro Preto. 2008

A Entrada da igreja de Santo Antônio do Salto possui um Objeto litúrgico denominado de Andor Provavelmente século XVIII em Madeira esculpida, coberta por policromia, com a marca INRI. Desconhecem-se Autoria Origem Procedência. “Andor feito em madeira, com traves para sustentação. Possui pequena ermida coberta por pano e um cruzeiro na empena” (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E PATRIMÔNIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO, 2008). Segundo a secretaria de cultura:

O andor é utilizado em procissões e cerimônias religiosas, quando as imagens são postas sobre ele e carregadas pelos fiéis. Em Santo Antônio do Salto, esse andor é utilizado principalmente nas cerimônias ligadas à “charola”, quando a imagem do Senhor dos Passos percorre as casas dos moradores convidando-os para as homenagens. Não foram encontrados registros históricos sobre essa peça ou sobre as circunstâncias de sua incorporação ao acervo da capela.

Figura 25 - Vista posterior e lateral do andor



Fonte: Foto de Elisângela R. Silva Araújo

Quadro XIV – Dados de Proteção Patrimonial do andor

<i>Condições de segurança</i>	Boa
<i>Proteção legal existente</i>	Nenhuma
<i>Proteção legal proposta</i>	Inventário
<i>Dimensões</i>	Altura (H): 65,0cm Base (B): 45cmx45cm
<i>Estado de conservação</i>	Bom
<i>Análise do estado de conservação</i>	O andor está em bom estado de conservação.
<i>Intervenções – Responsável/Data</i>	Não há registro de intervenções
<i>Características técnicas</i>	Madeira esculpida coberta por pano.
<i>Características estilísticas</i>	Indefinida.
<i>Informações complementares</i>	Não há informações complementares

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio da Prefeitura Municipal de Ouro Preto. 2008

O sino localizado na torre é um Objeto Litúrgico que apresenta decoração floral e datação de 1890. Possui também, uma marca com as letras JCO, provavelmente as siglas do fabricante. Feito em bronze fundido trabalhado, nada se sabe sobre autoria origem e procedência. Sino de bronze fundido trabalhado, com bojo voltado para baixo e badalo

central de ponta em bola. Apresenta desenhos em relevo em forma de “renda” de rocalhas na parte superior e frisos na parte inferior. Entremendo esses frisos existe a inscrição JCO – talvez o nome do artesão ou empresa que o fundiu – e a data 1892, provável ano de sua confecção. O sino é sustentado por estrutura de madeira recortada, presa por barras e pinças de metal com rosca na parte superior, e corre sobre um eixo de madeira lubrificado (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E PATRIMÔNIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO, 2008). A instituição afirma ainda que:

A tradição dos sinos é uma herança antiga do catolicismo português, trazida para o Brasil ainda no século XVI. Seus diferentes toques regiam a vida do cristão, transmitindo mensagens e comunicados através do badalar codificado dos sinos. Em Minas Gerais, essa tradição se enraizou profundamente, transformando-se em um dos principais patrimônios religiosos do estado. Principalmente na região das lavras, onde a grande quantidade de ouro ergueu matrizes, igrejas e capelas magníficas. A peça foi confeccionada provavelmente em 1890, ano que aparece em sua lateral. A inscrição JCO parece ser a identificação do fabricante. Porém, não foram encontrados registros sobre a peça ou sobre seu ingresso no acervo da igreja. Hoje ele está instalado na torre da Igreja de Santo Antônio, e ainda transmite alguns comunicados e mensagens à população do distrito.

Figura 26 - Vista da Igreja de Santo Antônio Localização do sino de bronze e contrafeito de madeira
Detalhamento da decoração do sino com Datação, flores e letras em alto relevo





Fonte: Fotos de Elisângela R. Silva Araújo

Quadro XV – Dados de Proteção Patrimonial do Sino

<i>Condições de segurança</i>	Regular
<i>Proteção legal existente</i>	Nenhuma
<i>Proteção legal proposta</i>	Inventário
<i>Dimensões</i>	Diâmetro máximo(D): 40,0cm Altura (H): 35,0cm
<i>Estado de conservação</i>	Bom
<i>Análise do estado de conservação</i>	O sino encontra-se descascando.
<i>Intervenções – Responsável/Data</i>	Não há registro de intervenções
<i>Características técnicas</i>	Sino de bronze fundido e trabalhado, com bojo voltado para baixo e badalo central de ponta em bola
<i>Características estilísticas</i>	O sino segue as características do período em que foi fundido
<i>Informações complementares</i>	Não há informações complementares

Fonte:Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio da Prefeitura Municipal de Ouro Preto. 2008.

O lugarejo do Forjo surgiu possivelmente no fim do século XIX, quando Diogo Bernardo e Jovita construíram a primeira residência naquela localidade. Posteriormente, outros familiares e moradores começaram a edificação de imóveis adjuntos à edificação residencial do casal. Porém, o pequeno lugar já tinha ganhado vulto, transformando-se em vila familiar. Com o acontecer dos anos, as edificações abrigaram várias gerações dessa família pioneira, sendo que as casas ainda pertencem aos Bernardo e agregados. A residência própria e permanente de propriedade de Dona Dora dos Reis localiza-se na Rua do Forjo, nº 50, na Localidade do “Forjo” (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E PATRIMÔNIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO, 2008). Segundo os arquivos consultados:

É uma edificação térrea, composta por um pavimento. Possui afastamento frontal, fundo (menos de 3m), terreno irregular. A área descoberta é utilizada para horta/pomar e criação de galinhas, seu piso é natural. O lote tem fechamento com arame farpado. A altura da fachada é de 2,20m, cumeeira de 1,20m e a testada 6,15m. A edificação possui três quartos, duas salas, uma cozinha (fogão à lenha e serpentina) e um banheiro. O telhado é de quatro águas, cumeeira paralela à rua. As telhas são cerâmicas curvas, capa-canal. O coroamento da fachada é com beiral simples, sem forro, caibro roliço corrido, seu material é de madeira. As esquadrias da fachada principal e as molduras dos vãos são de madeira, uma folha, de abrir. O piso da edificação é de cimento grosso e o forro de esteira sem pintura. O sistema construtivo é de alvenaria de tijolo. As cores da fachada são: branco na fachada, verde nas esquadrias.

Figura 27 - Residência I - Fachada principal



Fonte: Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio da Prefeitura Municipal de Ouro Preto.
Datada de 14/03/2008

Quadro XVI – Dados de Proteção Patrimonial Residência de Dona Dora dos Reis

<i>Proteção legal existente</i>	Nenhuma
<i>Proteção legal proposta</i>	Inventário
<i>Estado de conservação</i>	Péssimo
<i>Análise do estado de conservação</i>	O imóvel apresenta pintura desgastada, rachaduras nas paredes, reboco aparente, goteiras.
<i>Fatores de degradação</i>	Falta de manutenção
<i>Medidas de conservação</i>	Deve-se fazer uma manutenção periódica dos aspectos físicos, estruturais e compositivos da edificação.
<i>Intervenções – Responsável/Data</i>	Inexistente
<i>Informações complementares</i>	Inexistente

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio da Prefeitura Municipal de Ouro Preto. 2008.

De acordo com a Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio da Prefeitura Municipal de Ouro Preto, também na Localidade do “Forjo” encontra-se uma residência própria não ocupada, cujo proprietário não foi identificado e localiza-se à Rua do Forjo, s/nº. A Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio da Prefeitura Municipal de Ouro Preto (2008) registra ainda que:

É uma edificação térrea, composta por um pavimento. Possui afastamento frontal, terreno irregular. A área descoberta é utilizada para horta/pomar, seu piso é natural. O lote tem fechamento com arame farpado. Altura da fachada é de 2,20m e da cumeeira é 1,00m. O telhado é de quatro águas. As telhas são cerâmicas curvas, capa-canal. O coroamento da fachada é com beiral simples, sem forro, pau roliço. As esquadrias da fachada principal e as molduras dos vãos são de madeira, uma folha, de abrir. O sistema construtivo é de alvenaria de tijolo. As cores da fachada são: branco na fachada, marrom nas esquadrias.

Figura 28 - Residência II - Fachada principal



Fonte: Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio da Prefeitura Municipal de Ouro Preto.
Datada de 14/03/2008

Quadro XVII – Dados de Proteção Patrimonial Residência Rua do Forjo I

<i>Proteção legal existente</i>	Nenhuma
<i>Proteção legal proposta</i>	Inventário
<i>Estado de conservação</i>	Péssimo
<i>Análise do estado de conservação</i>	O imóvel apresenta pintura desgastada, rachaduras e umidades nas paredes, reboco aparente. As esquadrias se encontram deterioradas.
<i>Fatores de degradação</i>	Falta de manutenção
<i>Medidas de conservação</i>	Deve-se fazer uma manutenção periódica dos aspectos físicos, estruturais e compositivos da edificação.
<i>Intervenções – Responsável/Data</i>	Não foi possível obter essas informações, pois a edificação encontrava-se fechada.
<i>Informações complementares</i>	Inexistente

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio da Prefeitura Municipal de Ouro Preto. 2008

De acordo com a Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio da Prefeitura Municipal de Ouro Preto (2008) enquanto componente do patrimônio cultural material de Santo Antônio do Salto no que tange ainda à Localidade do “Forjo” insere-se outra residência própria permanente, também de proprietário não identificado localizada na Rua do Forjo, s/nº. é pertinente ressaltar que a Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio da Prefeitura Municipal de Ouro Preto (2008) atesta que:

É uma edificação térrea, composta por um pavimento, sendo sua base de pedra. Possui afastamento frontal, com jardim, terreno irregular. A área descoberta é utilizada para horta/pomar, seu piso é natural. O lote tem fechamento com arame farpado. O telhado é de três águas, cumeeira paralela à rua, telhas cerâmicas curvas, capa-canal. O coroamento da fachada é com beiral simples, sem forro, seu material é de madeira. As esquadrias da fachada principal e as molduras dos vãos são de madeira, uma folha, de abrir, verga reta. O sistema construtivo é de adobe. As cores da fachada são: branco na fachada, marrom nas esquadrias.

Figura 29 - Residência III - Fachada principal



Fonte: Foto Elisângela R. Silva Araújo (Datada de 14/03/2008)

Quadro XVIII – Dados de Proteção Patrimonial Residência Rua do Forjo II

<i>Proteção legal existente</i>	Nenhuma
<i>Proteção legal proposta</i>	Inventário
<i>Estado de conservação</i>	Ruim
<i>Análise do estado de conservação</i>	O imóvel apresenta umidade nas paredes, descolamento do reboco, pintura desgastada.
<i>Fatores de degradação</i>	Falta de manutenção
<i>Medidas de conservação</i>	Deve-se fazer uma manutenção periódica dos aspectos físicos, estruturais e compositivos da edificação.
<i>Intervenções – Responsável/Data</i>	Não foi possível obter essas informações, pois a edificação encontrava-se fechada.
<i>Informações complementares</i>	Inexistente

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio da Prefeitura Municipal de Ouro Preto, 2008.

A Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio da Prefeitura Municipal de Ouro Preto (2008) relata que na Rua do Forjo, s/nº existe a residência própria permanente de propriedade de Edith Ferreira Guimarães. Para a ampla pesquisa realizada pela Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio da Prefeitura Municipal de Ouro Preto (2008) é destacável que:

É uma edificação térrea, composta por um pavimento. Possui afastamento frontal, terreno irregular. A área descoberta é utilizada para horta/pomar, criação de animais, lavagem/secagem de roupa, seu piso é natural. O lote tem fechamento com arame farpado. Testada 8,09m. O telhado é de duas águas, cumeeira paralela

à rua, telha cerâmica francesa. Há registro de acréscimo horizontal, uma cozinha e um banheiro com telhas de amianto. O coroamento da fachada é com beiral simples, sem forro, seu material é de madeira. As esquadrias da fachada principal e as molduras dos vãos são de madeira, uma folha, de abrir, verga reta. O sistema construtivo é alvenaria de tijolo. O piso da edificação é cimentado e o forro é esteira pintado à cal. Possui três quartos, duas salas, uma cozinha e um banheiro. As cores da fachada são: branco na fachada (pintura à cal), azul nas esquadrias.

Figura 30 - Residência IV - Fachada principal e Fundos da edificação



Fonte Foto de Elisângela R. Silva Araújo Datada de 14/03/2008

Quadro XIX– Dados de Proteção Patrimonial Residência Edith Ferreira Guimarães

<i>Proteção legal existente</i>	Nenhuma
<i>Proteção legal proposta</i>	Inventário
<i>Estado de conservação</i>	Ruim
<i>Análise do estado de conservação</i>	O imóvel apresenta umidade nas paredes, descolamento do reboco, pintura desgastada.
<i>Fatores de degradação</i>	Falta de manutenção
<i>Medidas de conservação</i>	Deve-se fazer uma manutenção periódica dos aspectos físicos, estruturais e compositivos da edificação.
<i>Intervenções – Responsável/Data</i>	Acréscimo de uma cozinha e um banheiro.
<i>Informações complementares</i>	Inexistente

Fonte:Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio da Prefeitura Municipal de Ouro Preto (2008)

Ainda no âmbito do inventário de proteção do acervo cultural, em termos do diagnóstico do acervo urbano-rural, destacam-se as formas de expressão, em especial a prática de modalidades não-lingüísticas de comunicação e expressão. Em Santo Antônio do Salto existem a Folia dos Santos Reis Magos de Santo Antônio do Salto e a Charola de Santo Antônio do Salto. “Essas apresentações são efetivadas, comumente, na Igreja, em praças e nas ruas em formato de procissões. “Atualmente a folia possui cerca de 10 integrantes. Não há informação sobre o número de executantes da Charola”. “Em atividade cerca de 114 anos. Já o tempo de atuação da charola, deve ter cerca de 120 anos” (SECRETARIA MUNICIPAL

DE CULTURA E PATRIMÔNIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO, 2008). Para os técnicos que produziram amplo inventário é preciso destacar que:

Há dificuldade em se localizar documentos e informações precisas sobre origem da Folia e da Charola de Santo Antônio do Salto, sendo as informações colhidas em entrevistas e pela memória local as possíveis de se registrar a esse respeito. Sabe-se que a fundação da Folia de Reis de Santo Antônio do Salto, ocorreu há cerca de 114 anos. O senhor José Geraldo Xavier, mais conhecido como Senhor Cocó, nos informou que o fundador da folia foi um homem chamado José Juca. Mas, a partir da confrontação das fontes orais, o depoimento do responsável pela folia do Padre Faria – Senhor Jésus Florentino – nos aponta que o fundador da folia do Salto foi um outro senhor, com o nome de Olavo. Esses depoimentos nos mostram a dificuldade de delimitar a fundação da folia do Salto. No entanto, podemos destacar que a partir do depoimento de Cocó, que a folia de reis do Padre Faria – localizada no município de Ouro Preto – possuiu a sua matriz na folia de Santo Antônio do Salto.

A folia do Salto, como algumas outras folias da região, não possui uma administração sólida. Todos os problemas são resolvidos pelo Senhor Cocó. A folia sai do distrito no dia 24 de dezembro e percorre todos os espaços que abrangem esse local. A folia não tem a presença dos palhaços (figuras marcantes na arrecadação das esmolos) e todos os ganhos, durante as procissões, são destinados a manutenção da igreja da região do Salto. É importante perceber que, durante o depoimento de Cocó, podemos notar certa apropriação de elementos, por parte da Folia, do Congado e da Charola de Santo Antônio do Salto (supomos que isso se dá pelo fato de que boa parte dos mesmos membros que compõem a Folia também fazem parte do Congado e da Charola). Por causa dessa troca de elementos entre folia, congado e charola, acreditamos que essa característica dá certa singularidade a folia do Salto.

Aproveitando o depoimento de Cocó, procuramos informações que nos iluminasse sobre aspectos da Charola, também presente no distrito. A charola, que tem seu tempo de ocorrência durante a quaresma, possui o objetivo de reviver os momentos finais da Paixão de Cristo (SANTOS, p. 03. 2009) e, diferente da folia de reis – que é uma manifestação de caráter alegre – a charola é uma festa lúgubre (SANTOS, p. 03. 2009). A procissão e as promessas são direcionadas para o Nosso Senhor dos Passos, além de que, a rememoração de Cristo, como ser sofredor, também são personificados na imagem deste Santo (SANTOS, p. 04. 2009). No caso da charola de Santo Antônio do Salto, as promessas feitas pelos fiéis, quando atendidas, são pagas, geralmente, com o envio de cabelo para fazer a peruca de Nosso Senhor dos Passos. A charola do Salto sai em procissão, percorrendo os espaços que rodeiam o distrito, no dia 08 de março. Ela fica 14 dias fora e depois retorna ao Salto, passando de casa em casa, durante o período da quaresma.

No ano de 2021, ocorreu o falecimento do Sr. José Geraldo Xavier, “Cocó”, ficando 09 integrantes atuantes no grupo. A folia de reis, hoje, está com 127 anos e a Charola com 133 anos de atuação no distrito.

Figura 31 - Folia e Charola



Fonte: Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio da Prefeitura Municipal de Ouro Preto. 2008

Quadro XX – Dados de Proteção Patrimonial Folia/Charola

<p>Descrição da forma de expressão</p>	<p>Atualmente a Folia de Santos Reis de Santo Antônio do Salto tem uma média de entre 10 a 12 componentes. Não há preparação da festa, por parte dos integrantes, em meses de antecedência. A Folia sai em procissão, em que realiza as suas <i>toadas</i>, no dia 24 de dezembro. Além de que ela, também, realiza apresentações fora da época do Natal, quando são solicitados. Já a charola, acontece no período da Quaresma, com saída marcada para o dia 08 de março e retornando ao distrito do Salto, 14 dias depois.</p>
---	--

Organização do grupo executantes	Não há uma organização, no que se diz administrativa, da folia. Todos os problemas são resolvidos pelo Senhor Cocó. Já a Charola, também, não possui nenhum tipo de organização administrativa. Seus participantes são chamados pelo senhor Cocó para iniciarem o percurso.
Repertório	O repertório, transmitido de forma oral, varia de acordo com o local da apresentação. As letras, tanto da Folia, quanto da Charola são iguais (o que muda é o ritmo de cantar) e, a maioria das letras, não inventadas na hora da ‘apresentação’.
Recursos	A compra de instrumentos é de responsabilidade dos integrantes. Os recursos que são arrecadados no processo das esmolos são revestidos em manutenção da Igreja do distrito. Na charola, não há utilização de instrumentos.
Público	O público (tanto da folia quanto da charola) é composto, em sua maioria, pelos habitantes de Santo Antônio do Salto, Ouro Preto e demais distritos.
Narrativas e outros bens associados	A Folia possui uniforme (apenas 1 camisa) e vários instrumentos como sanfona, triângulo, cavaquinho, reco-reco, pandeiro, caixa. Possuem, também, a bandeira da Folia. Não há informações sobre bens que a charola possui.
Transformações	No caso da folia a transformação indicada é a não mais a participação dos palhaços. Já a charola, não possuímos informações.
Problemas detectados	Um dos problemas detectados refere-se a falta de um sanfoneiro. A folia possui o instrumento, mas não se acha alguém que saiba tocá-lo. Não há informações sobre ‘problemas’ na charola.

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio da Prefeitura Municipal de Ouro Preto. 2008

Em Santo Antônio do Salto, a Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio da Prefeitura Municipal de Ouro Preto, alega que, especificamente na Praça Santo Antônio, nº 100 existe um prédio residencial próprio, com função conjugada de comércio e residência e proprietário não identificado. Sobre o contexto histórico, a Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio da Prefeitura Municipal de Ouro Preto (2008) reforça ainda que:

Segundo alguns relatos, esse imóvel foi construído nos anos 60. Porém, não foi possível identificar seus primeiros proprietários e os moradores atuais não foram localizados. No terreno onde ele está inserido abrigava um sobrado avarandado, provavelmente construído ainda no século XIX segundo alguns dos relatos, e que foi demolido para construção desse imóvel. Atualmente ele parece abrigar também um comércio em um de seus cômodos.

Descrição: É uma edificação térrea, composta por um pavimento, A edificação se encontra no alinhamento da rua. Possui passeio frontal, cimentado, com 1,00m de largura. O telhado é de quatro águas, cumeeira perpendicular à rua, telhas cerâmicas curvas, capa-canal, e o anexo ao lado esquerdo com telha de amianto. O coroamento da fachada é acachorrado, sem forro, seu material é de madeira. Altura da fachada é de 2,60m, cumeeira 1,50m, testada 9,30m. As esquadrias da fachada principal são: portas de madeira e janela basculante O sistema construtivo é alvenaria de tijolo. As cores da fachada são: branco e creme na fachada, marrom nas esquadrias.

Figura 32 - Residência V - Fachada principal



Fonte: Foto de Elisângela R. Silva Araújo (Datada de 14/03/2008)

Quadro XXI – Dados de Proteção Patrimonial Edificação mista Praça Santo Antônio, nº 100

<i>Proteção legal existente</i>	Nenhuma
<i>Proteção legal proposta</i>	Inventário
<i>Estado de conservação</i>	Regular
<i>Análise do estado de conservação</i>	O imóvel apresenta pintura desgastada e trincas nas paredes.
<i>Fatores de degradação</i>	Falta de manutenção
<i>Medidas de conservação</i>	Deve-se fazer uma manutenção periódica dos aspectos físicos, estruturais e compositivos da edificação.
<i>Intervenções – Responsável/Data</i>	Não foi possível obter essas informações, pois a edificação encontrava-se fechada.
<i>Informações complementares</i>	Inexistente

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio da Prefeitura Municipal de Ouro Preto (2008)

Ainda na Praça Santo Antônio, s/nº há o imóvel próprio de Antônio Wellington Mota. Essa residência tem particularidades típicas das edificações do século XIX. A regra construtiva é de pau-a-pique e o alicerce é de pedras. O edifício tem varanda na frente principal. Há jardim e plantação de grande tamanho. O pavimento da área descoberta é alternado entre grama e terra. Tem telhado com quatro laterais pluviais, cumeeira colateral à rua, telhas curvas da tipologia capa-canal. “As esquadrias da fachada principal são em madeira, uma folha, de abrir, verga reta. Possui afastamento frontal e lateral da rua”. “Nos fundos há uma bica de água e um pequeno lago para as criações. As cores da fachada principal são: verde e branco na alvenaria; azul e cinza nas esquadrias” (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E PATRIMÔNIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE

OURO PRETO, 2008). O laudo técnico utilizado como argumento à preservação da edificação enquanto patrimônio cultural local levou em conta que:

Esse imóvel foi por Antônio Pinto da Rocha provavelmente no final do século XIX. Antônio é o famoso Caboclo que hoje dá nome a uma das turbinas da hidrelétrica do distrito. Ele era um conhecido tropeiro da região que também cultivava algumas lavouras e criações no distrito. Posteriormente, o imóvel passou para as mãos de Juca Mota, que era genro de Antônio. Juca morava nessa casa junto de sua família, onde também possuía um grande armazém de secos e molhados. Segundo alguns relatos, antes da chegada da energia elétrica no distrito, ele teria instalado um pequeno gerador de energia movido a água, que ficava nos fundos desse imóvel e que fornecia energia para algumas casas próximas. Na época da implementação das turbinas hidrelétricas, o armazém era o principal comércio da região, suprindo inclusive o distrito de Lavras Novas, que fica próximo ao Salto. Quando Juca faleceu, o imóvel passou a ser responsabilidade de seu filho, Estevão Mota, que já morava na casa junto de sua família. Estevão deu continuidade ao armazém do pai, que funcionava em um dos cômodos laterais da casa. Nos anos 1970, Estevão fechou o armazém, mas continuou residindo no imóvel até os anos 80, quando ele se mudou e a casa foi vendida a Sebastião José dos Santos, que era fazendeiro na região e que passou a residir no mesmo junto de sua família. Posteriormente, já no final dos anos 90, a casa foi comprada por Antônio Wellington Mota, que era filho de Estevão. Porém, como Antônio já possuía uma moradia no distrito, ele passou a alugar esse imóvel para temporadas, ficando a maior parte do tempo sem inquilinos. Atualmente o imóvel passa por uma grande reforma, recebendo o acréscimo de um de um espaço nos fundos e algumas melhorias, para servir futuramente como pousada e restaurante.

Figura 33 - Fachada vista em dois ângulos (principal lateral) do imóvel onde funcionava o antigo armazém



Fonte: Foto de Bernardo Andrade (Datada de 23/03/2008)

Quadro XII – Dados de Proteção Patrimonial Imóvel de Antônio Wellington Mota

<i>Proteção legal existente</i>	Nenhuma
<i>Proteção legal proposta</i>	Inventário
<i>Estado de conservação</i>	Regular
<i>Análise do estado de conservação</i>	O imóvel apresenta pintura desgastada e trincas nas paredes.
<i>Fatores de degradação</i>	Falta de manutenção
<i>Medidas de conservação</i>	Deve-se fazer uma manutenção periódica dos aspectos físicos, estruturais e compositivos da edificação.
<i>Intervenções – Responsável/Data</i>	Atualmente o imóvel encontra-se em obras.
<i>Informações complementares</i>	Inexistente

Fonte:Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio da Prefeitura Municipal de Ouro Preto. 2008

A secretaria de cultura descreve ainda que em Santo Antônio do Salto existe a Casa da Usina inserida à Rua Geraldo Paiva, nº 42, de propriedade da empresa Novelis e utilizada pelo Alumínio Esporte Clube. Especificamente a Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio da Prefeitura Municipal de Ouro Preto (2008) atesta que:

Histórico:

Esse imóvel foi construído na década de 1950 pela Alcan Alumínios do Brasil, para servir à cooperativa de consumo de seus funcionários. Essa cooperativa é remanescente da época da implantação da primeira turbina hidrelétrica no distrito, mas funcionava em outro local até a construção desse imóvel. Posteriormente, o prédio passou a abrigar também a Sede Social, uma espécie de clube recreativo dos funcionários da companhia. Nesse espaço ocorriam bailes e eventos não só para os funcionários, mas voltados, sobretudo, para a comunidade. Porém, com o passar dos anos, a Alcan passou por algumas crises e a cooperativa deixou de funcionar. Além disso, com a implementação das linhas de transporte público que ligavam o distrito à sede, muitos moradores passaram a fazer as compras em Ouro Preto, o que diminuiu a importância da cooperativa. Assim, o prédio foi gradativamente caindo em desuso e passou a ser cedido para outras atividades. Dessa forma, quando o atual prédio da escola do distrito estava em construção, nos anos 80, a Sede Social foi cedida à Prefeitura para servir à Secretaria de Educação. Atualmente o prédio ainda pertence à Novelis, antiga Alcan, mas foi cedido em comodato para o Alumínio Esporte Clube, time de futebol do distrito que nele realiza alguns eventos e atividades. Porém, o imóvel permanece fechado a maior parte do tempo, e já apresenta alguns problemas de conservação.

Descrição: É uma edificação térrea, composta por um pavimento, A edificação possui afastamento frontal, com jardim, o terreno é irregular. O piso da área descoberta é natural (terra e grama), área sem uso. O fechamento do lote é com grade. Altura da fachada é 3,80m; cumeeira 1,20m; testada de 15,10m. O telhado é de quatro águas, cumeeira perpendicular à rua, telhas cerâmicas planas. O coroamento da fachada principal é com beiral e forro de madeira, seu material é de madeira. As esquadrias da fachada principal são: portas de madeira e janelas com guilhotinas (madeira e vidro), verga reta, soleira da porta cimentada. O sistema construtivo é alvenaria de tijolo. As cores da fachada principal são: creme na fachada, branco nas guilhotinas, azul na porta, frisos (marcação nas janelas) e barrado. O piso da edificação é taco de madeira natural e o forro de madeira na cor branca.

Figura 34 - Clube Fachada principal



Fonte: Fotografia Elisângela R. Silva Araújo (Datada de 14/03/2008)

Quadro XXIII – Dados de Proteção Patrimonial Imóvel Alumínio Esporte Clube

<i>Proteção legal existente</i>	Nenhuma
<i>Proteção legal proposta</i>	Inventário
<i>Estado de conservação</i>	Ruim
<i>Análise do estado de conservação</i>	O imóvel apresenta pintura desgastada, esquadrias e guarda-pó deteriorados, infiltrações nas paredes.
<i>Fatores de degradação</i>	Falta de manutenção
<i>Medidas de conservação</i>	Deve-se fazer uma manutenção periódica dos aspectos físicos, estruturais e compositivos da edificação.
<i>Intervenções – Responsável/Data</i>	Inexistente
<i>Informações complementares</i>	Inexistente

Fonte:Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio da Prefeitura Municipal de Ouro Preto. 2008

O principal potencial do distrito veicula para além da cultura, sendo um espaço potencializador de ecoturismo e grande parte de seu entorno declarados como de proteção ambiental, conforme é perceptível no Anexo I, onde encontra-se o mapa de zoneamento da localidade. Assim, na sequência empreende a apresentação dos bens inventariados como patrimônio natural do Santo Antônio do Salto, conforme registros oficiais da Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio da Prefeitura Municipal de Ouro Preto (2008) começando pela Cachoeira do Baú localizada na porção sudoeste do distrito, distanciada a aproximadamente, dois quilômetros da Praça Santo Antônio. A secretaria relata que:

O acesso ao distrito de Santo Antônio do Salto, localizado ao sudeste do distrito sede de Ouro Preto, é feito através da MG356 até o trevo de acesso aos distritos de Lavras Novas, Santo Antônio do Salto e Santa Rita, cerca de 8 km da saída do bairro Saramenha. A partir do trevo percorre-se 2 km de estrada de terra e posteriormente pega-se a bifurcação à direita percorrendo cerca de 3 km até a entrada da zona urbana do sub-distrito da Chapada. Saindo desse, segue-se por mais 4 km até o trevo que dá acesso aos distritos de Santa Rita e Santo Antônio do Salto. Subseqüente ao trevo, percorre-se mais 12 km até a Praça Santo Antônio

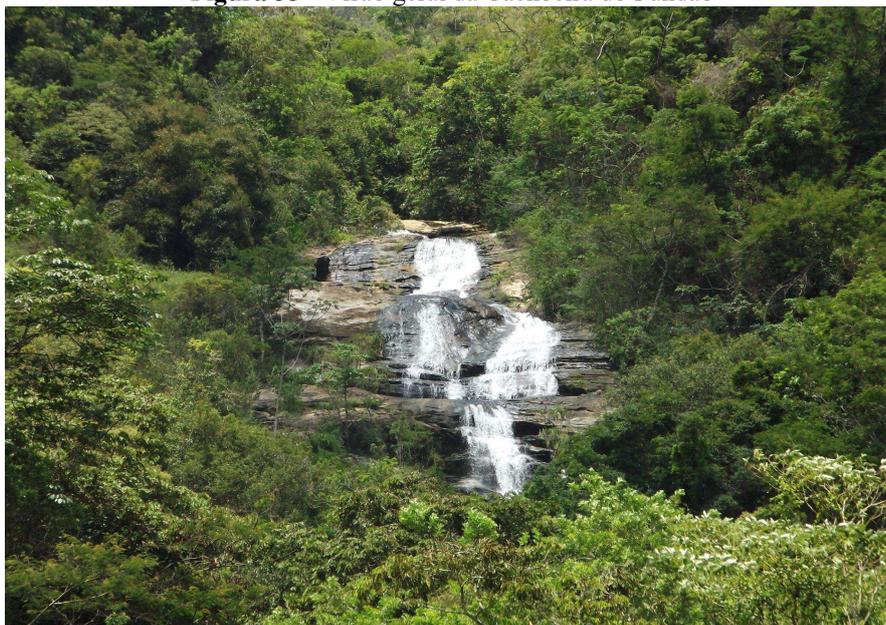
situada na parte central do distrito de Santo Antônio do Salto. A partir da Praça Santo Antônio, já no referido distrito, deve-se realizar um deslocamento de aproximadamente 500 m até a base do Morro do Jaime. Saindo desse, pega-se a bifurcação à direita que dá acesso a Rua Aleijadinho. A partir da Rua Aleijadinho, o acesso à Cachoeira do Fundão é realizado pela estrada de terra que dá acesso à Usina Hidrelétrica do Salto, cerca de 2 km.

De propriedade particular, o responsável é Antônio Camelo Lopes e o bem se enquadra na subcategoria de atrativo natural com potencial uso para contemplação e prática de trekking para acesso a cascata (SITE OURO PRETO, 2020). Estabelecida num recanto rural denominado Fundão, a Cachoeira do Baú é uma significativa paisagem natural (SITE ATRATIVOS TURÍSTICOS, 2020). A queda-d'água insere-se em um vale contíguo a Serra de Santo Antônio do Salto, onde o Córrego do Baú configura uma depressão de 25 metros (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E PATRIMÔNIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO, 2008). Assentada em um assoalho de gnaisses e circundada por mata ciliar, a catarata possui um poço raso, límpido e cristalino (PORTAL OURO PRETO, 2019). O difícil acesso à cachoeira diminui sua visitação, permitindo contemplação somente à distância e tornando-a inadequada à exploração ecoturística (SITE OURO PRETO, 2020). Observam-se esporadicamente resquícios de queimadas na área adjacente à cascata, comprovando a obrigação de políticas públicas emergenciais de preservação do meio ambiente (SITE ATRATIVOS TURÍSTICOS, 2020). De acordo com laudos da Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio da Prefeitura Municipal de Ouro Preto (2008). Por encontrar-se sem mecanismos e/ou medidas legais de conservação e preservação, a proteção proposta consiste em:

Por ser uma área adjacente ao Parque Estadual do Itacolomi a região enquadra-se na área de amortecimento do parque, sendo, portanto, necessária a implementação de um plano de manejo sustentável que favoreça tanto a exploração turística quanto a preservação ambiental.

Implantação de placas e outros artifícios de orientação e educação ambiental.
Aplicação de medidas de proteção e educação ambiental junto à comunidade local, com a finalidade de evitar práticas que venham prejudicar o meio ambiente, principalmente nas áreas do entorno à cachoeira.

Figura 35 - Visão geral da Cachoeira do Fundão



Fonte: Valmir Coelho - 2021

A Queda-d'água do Teodoro está inserida no Córrego do Engenho localizado na porção nordeste do distrito de Santa Rita, a 16 km da Praça José Leandro. Apesar de aberta à visitação pública, por ser área particular torna-se imprescindível a autorização para o acesso à mesma (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E PATRIMÔNIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO, 2008). Os estudos conduzidos pela secretaria atestam que:

O acesso a Santa Rita, localizada a sudoeste do distrito sede de Ouro Preto, é feito através de um deslocamento de, aproximadamente, 15 km pela MG-356 até a divisa dos municípios de Ouro Preto e Ouro Branco. Posteriormente a esse ponto, pega-se a bifurcação à esquerda até a entrada do distrito de Santa Rita. A partir da igreja Santa Rita, percorre-se 2 km até a entrada à esquerda ao lado do Colégio Municipal. Desse ponto, percorrem-se poucos metros e vira-se à direita. Em linha reta, percorre-se mais 1 km até a entrada de uma área rural denominada Virgílio. Dentro dessa área percorre-se mais 9 km pela estrada principal até a propriedade pertencente ao Sr. Teodoro de Souza.

(...)

Localizada a 16 km da área urbana de Santa Rita, mais precisamente, no interior da comunidade Cláudio de Souza, encontra-se a Cachoeira do Teodoro. Esse atrativo, inserido no interior do Córrego do Engenho, é constituído por três pequenas corredeiras e um poço raso sobre assoalho de rochas gnáissicas. O entorno é composto por uma exuberante mata de galeria compondo um cenário escondido e de grande beleza natural que se encontra aberto à visitação pública.

Trata-se de propriedade privada de responsabilidade de Teodoro de Souza, encaixa-se na subcategoria atrativos da zona rural. Em função do pequeno porte da cachoeira, esse atrativo natural do Teodoro é somente utilizado para banho e contemplação (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E PATRIMÔNIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE

OURO PRETO, 2008). A cascata é a nascente do córrego Engenho que deságua na margem esquerda do Rio Mainart e que é tributário do Rio Gualaxo do Sul é resguardada pelo Artigo 2º da Lei nº 4.771²⁴ de 15 de Setembro de 1965 que definiu o Código Florestal Brasileiro (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020, on line). Devido à distância do atrativo natural em relação à Santa Rita de Ouro Preto, a área adjacente à queda-d'água exibe elevado grau de integridade assinalado pela ausência de vestígios humanos impactantes, uso inadequado e queimadas, não eliminando a obrigatoriedade de políticas públicas voltadas à educação e preservação ambiental (SITE OURO PRETO, 2020).

²⁴ Artigo 2º da Lei nº 4.771 de 15 de Setembro de 1965

a) ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima será: (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

1 - de 30 (trinta) metros para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura; (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

2 - de 50 (cinquenta) metros para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura; (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

3 - de 100 (cem) metros para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura; (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

4 - de 200 (duzentos) metros para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura; (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

5 - de 500 (quinhentos) metros para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros; (Incluído pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

b) ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

c) nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados "olhos d'água", qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 (cinquenta) metros de largura; (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

d) no topo de morros, montes, montanhas e serras;

e) nas encostas ou partes destas, com declividade superior a 45°, equivalente a 100% na linha de maior declive;

f) nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;

g) nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais; (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

h) em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação. (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

i) nas áreas metropolitanas definidas em lei. (Incluído pela Lei nº 6.535, de 1978) (Vide Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

Parágrafo único. No caso de áreas urbanas, assim entendidas as compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal, e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, em todo o território abrangido, observar-se-á o disposto nos respectivos planos diretores e leis de uso do solo, respeitados os princípios e limites a que se refere este artigo.(Incluído pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

Figura 36 - Visão Frontal da cachoeira do Teodoro



Fonte: Fotos de Vinícius Santos Freitas – 23/10/2007

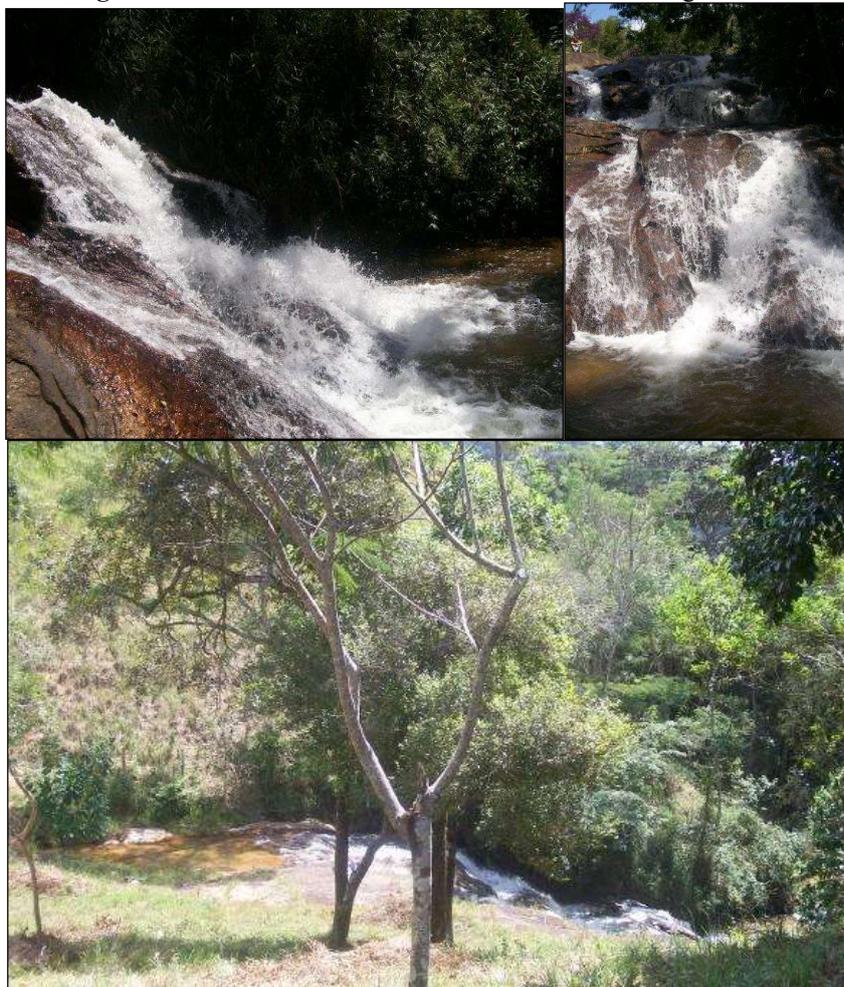
A Cachoeira do Toninho atrativo da subcategoria de paisagem natural está localizada na porção sul do distrito de Santo Antônio do Salto, distando, aproximadamente, 3 km da Praça Santo Antônio situada no centro do distrito. A partir da Praça Santo Antônio, já no referido distrito, o acesso à Cachoeira do Toninho é realizado através de um deslocamento de aproximadamente 3 km pela Rua José Xavier Chagas. É propriedade particular cujo responsável chama-se Antônio Wellington Mota (SITE OURO PRETO, 2020). Localizada nas proximidades do centro urbano de Santo Antônio do Salto, a Cachoeira do Toninho é um exemplar da riqueza natural aberta à visitação pública nesse distrito. (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E PATRIMÔNIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO, 2008).

Esse atrativo natural encontra-se inserido sobre metagranitos e é constituído por uma bela queda d'água de aproximadamente 10 m e um poço com cerca de 1,3 m de profundidade (SITE ATRATIVOS TURÍSTICOS, 2020). Usada para banho, com potencial para contemplação e prática de trekking para acesso a cachoeira (PORTAL OURO PRETO, 2019). A área da cachoeira é protegida pelo Artigo 2º da Lei nº 4.771/1965 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020, on line). Embora a região como um todo possua um alto grau de integridade, observa-se a presença de resquícios de fogueira na área de entorno da cachoeira (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E PATRIMÔNIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO, 2008). As medidas de conservação da área são restritas apenas a limpezas esporádicas realizadas pelo proprietário (SITE ATRATIVOS TURÍSTICOS, 2020). A secretaria de cultura alega ainda que:

Como há um curral logo acima da propriedade onde está inserida a cachoeira, especula-se que os dejetos oriundos deste curral possam interferir na qualidade da água. Porém, tal especulação só poderia ser sanada com a realização de teste laboratoriais.

A cachoeira torna-se um grande atrativo regional principalmente devido ao seu fácil acesso e proximidade com a malha urbana do distrito.

Figura 37 - Vista lateral da Cachoeira do Toninho Córrego Gentio



Fonte: Fotos de Ricardo Fonseca- 16/03/07

O Cânion do Funil, enquadrado na subcategoria paisagem natural, está localizado na porção noroeste do distrito de Santo Antônio do Salto, distando, aproximadamente, 3 km da Praça Santo Antônio situada no centro do distrito (SITE OURO PRETO, 2020). A partir da Rua Aleijadinho, já no distrito de Santo Antônio do Salto, o percurso até o Cânion do Funil é realizado pela estrada de terra que dá acesso à Usina Hidrelétrica do Salto (SITE ATRATIVOS TURÍSTICOS, 2020). Após cerca de 2 km de deslocamento por essa via, pega-se a primeira bifurcação à esquerda e percorre-se cerca de 1 km até a entrada do sítio pertencente ao Sr. Ademar Décio de Alcântara (PORTAL OURO PRETO, 2019). No interior dessa propriedade particular da Novelis Brasil Ltda, o acesso ao cânion é realizado através de uma trilha bem sinalizada por uma passarela metálica (SECRETARIA MUNICIPAL DE

CULTURA E PATRIMÔNIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO, 2008-

z). Para os laudos de inventário o destaque é:

Localizado entre as cadeias de montanhas da Serra de Lavras Novas e da Serra do Cibrão, o Cânion do Funil constitui uma grande depressão ao longo da qual corre o Rio Mainart, tributário do Rio Gualaxo do Sul. O cânion é, sem dúvida, o atrativo natural de maior destaque em Santo Antônio do Salto. O trajeto tem aproximadamente 1,5 km e localiza-se ao lado de um paredão de 40 m de altura sobre uma passarela adjacente ao desvio de águas do Rio Maynard. Ao longo do percurso a monotonia desaparece com a alternância entre encostas escarpadas e sucessão de variações altitudinais, proporcionando assim, em diversos momentos, a formação de abrigos naturais que fornecem condições para o surgimento de microclimas, o que se reflete diretamente na diversidade de coberturas vegetais locais.

Uso Potencial para contemplação, prática de escalada e trekking para acesso ao Cânion. Segundo a Lei de 1965 do Código Florestal, a área apresenta-se como de proteção legal, enquadrada como uma APP, pois trata-se de uma encosta com declividade superior a 45° (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020, on line). Por possuir acesso por uma propriedade particular, ser de responsabilidade da empresa Novelis e estar na fronteira do Parque do Itacolomi, a região se encontra em bom estado de conservação, sendo, portanto, um grande e promissor atrativo natural passível a exploração turística. Medidas de conservação (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E PATRIMÔNIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO, 2008-z). A secretaria atesta ainda que:

A propriedade onde se encontra inserida a passarela conta com um sistema de vigilância e limpeza, uma vez que o desvio de águas do Rio Mainart tem como objetivo principal a produção de energia elétrica na PCH do Funil e Prazeres, e interferências neste curso d'água poderão prejudicar o funcionamento da usina. Esse atrativo é comercializado como roteiro por agências de turismo da região. Localizado no distrito de Santo Antônio do Salto em Ouro Preto, o Sistema Maynard de Energia é composto por 04 pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), implantadas a partir da década de 30. Integram-se a este sistema as usinas de Salto, Caboclo, Funil e Prazeres. As PCHs de Salto, Caboclo e Funil são alimentadas, em cascata, pelas águas do rio Maynard, que tem como afluentes principais o ribeirão do Falcão e o ribeirão da Cachoeira, onde foi construída, na década de 50, uma barragem com capacidade de acumulação de 36.500.000 m³. A PCH dos Prazeres tem seu canal interligado a barragem do Custódio, construída em 1958, que tem a capacidade de acumulação de 3.300.000 m³ e que regulariza a vazão para esta central no período da seca (Novelis,2007).

Figura 38 - Passarela, Cascata do Canal do Rio Maynart e Usina do Funil





Fonte: Valmir Coelho - 2021

4. CONCLUSÃO

No que se refere sobre o patrimônio cultural e natural de do distrito de Santo Antônio do Salto, tomando como referência o inventário dos bens materiais, imateriais e naturais com potencial turístico realizado pela Secretaria Municipal de Cultura. O referencial teórico adotado respalda-se no conceito de cultura, distinguindo cultura material e cultura imaterial, memória e identidade.

Os conceitos de patrimônio, cultura global e local se resignificam num contexto de conservação e preservação. Tendo o turismo como fator preponderante de valorização do patrimônio, ampliam-se os cenários e atrativos da cidade de Ouro Preto, cujo patrimônio é reconhecido nacional e internacionalmente lotando a urbe de visitantes que se alternam em diferentes hotéis, monumentos, museus, prédios históricos e restaurantes.

Os conceitos, temas e práticas turísticas ainda se concentram no centro colonial ouro-pretano, sendo que os distritos abarcam expressivo potencial turístico ainda despercebido e/ou desconhecido.

O ecoturismo se consolida na paisagem local conflitando com outras formas tradicionais de uso e ocupação do solo, em especial, a mineração. Tendo como fundamento, a legislação ambiental brasileira, percebe-se que mapeamentos de patrimônio natural precisam se ampliar trazendo perspectivas de sustentabilidade na atividade turística.

Com paisagismo natural impar a comunidade de Santo Antônio do Salto também possui grande diversidade cultural em seus vários aspectos, tanto no que tange patrimônios culturais materiais quanto imateriais, em destaque a capela de Nossa Senhora dos Remédios, a qual recebeu título de patrimônio material da cidade de Ouro Preto em 2009, culminando com início de trabalhos para reforma e inventário do patrimônio da comunidade, posteriormente em 2010 ocorreu o mapeamento dos bens culturais e riquezas naturais com potencial turístico sob os cuidados da Secretaria de Cultura da Prefeitura de Ouro Preto. Percebe-se a partir deste momento uma maior apropriação identitária da cultura local e espaços físicos pelos moradores, no entanto tal apropriação se dá por um pequeno grupo da comunidade que associa a valorização patrimonial cultural e paisagística ao potencial turístico da região almejando uma nova fonte de renda.

A realização desse trabalho reafirmou o quanto é diversificado e importante o patrimônio cultural do distrito de Santo Antônio do Salto, possibilitando assim destacar os pontos favoráveis ao aproveitamento do potencial turístico da região, tais como grande

diversidade cultural, paisagismo ímpar, cachoeiras, trilhas. Destaca-se o engajamento comunitário por parte de vários moradores com apropriação indenitária e de memória que buscam a manutenção e legitimidade da história e cultura local, por exemplo, a organização de grupo de guias a fim de apresentar a comunidade aos visitantes. Alguns moradores usam sua própria residência para receber e acomodar turistas e visitantes devido ausência de espaços específicos para essa finalidade.

Temos também alguns pontos que prejudicam a divulgação da cultura e paisagismo local. A acessibilidade à comunidade e o acesso não pavimentado, fato que traz um certo charme região, porém em períodos chuvosos as estradadas ficam escorregadias e alguns pontos sem acesso, já em períodos de secas prolongadas ficam com muita poeira e buracos, no entanto remete uma barreira a mais aos que se propõem a divulgar e valorar os atrativos do Salto. Brevemente esses pontos poderão ser resolvidos, pois há uma proposta da Prefeitura Municipal para asfaltamento do acesso a localidade previsto para ser concretizado até final do ano de 2022, como ação interventiva com intuito de valorizar e tornar acessível a diversidade cultural do distrito.

Com este novo foco da comunidade surge a necessidade da implantação de políticas públicas pelos gestores municipais e iniciativas privadas a contribuir com a valorização e preservação do patrimônio regional, observa-se que entre a maioria das crianças e até mesmo adultos o desconhecimento sobre o quão valiosos é o patrimônio e cultura presente em seu cotidiano, deixando assim aberto uma lacuna a qual pode ser preenchida com projetos educacionais que almejem identificar e valorizar seus patrimônios.

A última ação dessa natureza na comunidade foi em 2010 quando houve o mapeamento e sinalização dos pontos de maior destaque do distrito, sinalização esta que precisa de manutenção e incorporação de novos layouts com a finalidade de se atribuir maior destaque e clareza nas informações. Neste aspecto, é um fato notório a falta de marketing extraterritorial à comunidade, sendo a sede do município um cenário muito propício a divulgação das belezas de seus distritos, uma vez que reflete diretamente na preservação e manutenção das diversas culturas e paisagens constituintes do município.

Nesse contexto podemos dizer que muito ainda há de ser feito para se prover a conscientização comunitária, não só do distrito como todo município e turistas. O importante papel da relação existente entre cultura x patrimônio x identidade, como agregadores de valor à história local e a diversidade cultural não só do distrito como também do município de Ouro Preto.

Diante dessa exposição demonstrativa do riquíssimo patrimônio da comunidade saltense observa-se que a comunidade ainda pode caminhar muito além do enfoque ao ecoturismo atribuído às suas belas paisagens, pois há muita diversidade cultural na comunidade. Deixando clara a necessidade de atribuir a todo o conjunto cultural da comunidade o destaque e valorização como legítimos e autênticos frutos da história local.

DOCUMENTAÇÃO DE APOIO

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E PATRIMÔNIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO. Inventário do Distrito de Santo Antônio do Salto e Região. PMOP, 2008.

Volume 1: Inventário do Distrito de Santo Antônio do Salto

Volume 2: IDSAS - Acervo Religioso

Volume 3: IDSAS - Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas

Volume 4: IDSAS - Sítios Naturais

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Larissa Rachel Ribeiro de. “NOS BRAÇOS DE MNEMOSINE”: O ESPAÇO DO MUSEU COMO LUGAR DE MEMÓRIA E EDUCAÇÃO. IN: XII EDUCERE, o Congresso soma esforços com o III Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação – SIRSSE, V Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente (SIPD/CÁTEDRA UNESCO) e o IX Encontro Nacional sobre Atendimento Escolar Hospitalar – ENAEH. 26 a 29 de outubro de 2015, Curitiba-Paraná. Disponível em <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18551_8073.pdf> Acesso em 20. Jan. 2020.

ASSIS, Myriam Celme Lage. O PROGRAMA ESTRADA REAL E O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO: Um estudo de caso no trecho Ouro Preto-Ouro Branco (Dissertação - Mestrado em Turismo e Meio Ambiente. Belo Horizonte: Centro Universitário UNA. Dezembro/2006 Disponível em <<http://www.institutoestradaareal.com.br/files/servicos/862211e57938bb5a844809b7a31b1735.pdf>> Acesso em 19. Fev. 2020

BECHLER, Rosiane Ribeiro; PEREIRA, Júnia Sales. Ouro Preto de todos os tempos: sentidos e efeitos do patrimônio na condição histórica da cidade. In: Revista História Hoje, v. 3, nº 6, p. 67-90 – 2014. Disponível em <<https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/download/157/120>> Acesso em 15. Abr. 2020.

BLOG CARTA DE ATENAS. Resumo das Cartas de Atenas. Disponível em <<http://patrimoniocartasdeatenas.blogspot.com/2012/09/cartas-de-atenas-resumo.html>> Acesso em 23. Jan. 2020

BÔAS, Lúcia Villas. História, memória e representações sociais: por uma abordagem crítica e interdisciplinar. In: Cadernos de Pesquisa v.45 n.156 p.244-258 abr./jun. 2015. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v45n156/1980-5314-cp-45-156-00244.pdf>> Acesso em 04. Abr. 2020

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Programa Monumenta Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural / Elaboração José Hailon Gomide, Patrícia Reis da Silva, Sylvia Maria Nelo Braga. _ Brasília : Ministério da Cultura, Instituto do Programa Monumenta, 2005.

BRASIL. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. **Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil : Turismo e Sustentabilidade/** Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2007. 126 p

BRUSADIN, Leandro Benedini. **SILVA,** Rafael Henrique T. da. **O USO TURÍSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM OURO PRETO.** In: CULTURA, ano 06 - nº 01 - Fev/2012. Disponível em <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5314887.pdf>> Acesso em 04. Abr. 2020

BUENO, Fernando Protti; **PIRES,** Paulo dos Santos. **Ecoturismo e educação ambiental: possibilidades e potencialidades de conservação da natureza.** In: IV SeminTUR – Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL. Universidade de Caxias do Sul – Mestrado em Turismo. Caxias do Sul, RS, Brasil – 7 e 8 de julho de 2006 Disponível em <https://www.ucs.br/ucs/tplSemMenus/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_4/arquivos_4_seminario/GT08-5.pdf> Acesso em 15. Abr. 2020

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Lei Federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965: Institui o novo Código Florestal.** Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4771-15-setembro-1965-369026-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em 15. Abr. 2020

CAMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO. **Caracterização ambiental geral do distrito de Santo Antônio do Salto e de seus acervos naturais.** Disponível em <<http://www.cmop.mg.gov.br/site/component/k2/item/1925-camara-itinerante-vai-a-santo-antonio-do-salto.html>> Acesso em 15. Jan. 2020

CARVALHO, José Carlos de Paula. **Etnocentrismo: inconsciente, imaginário e preconceito no universo das organizações educativas.** In: Interface - Comunicação, Saúde, Educação vol.1 no.1 Botucatu Ago. 1997. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32831997000200014> Acesso em 05. Fev. 2020.

CARVALHO, Karoliny Diniz. **LUGAR DE MEMÓRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO: INTERFACES COM O TURISMO CULTURAL.** Revista Turismo Visão e Ação – Eletrônica, Vol. 13 - nº 2 - p. 149-165 / mai-

ago 2011. Disponível em
<<https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/article/viewFile/2000/1900>> Acesso em 20.
Jan. 2020

CARVALHO, Rodrigo Badaró de. O sociólogo Fernando Henrique nunca esquecido pelo Presidente FHC: do discurso contra Vargas à reforma neoliberal do Estado no Brasil. Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. 2015. Disponível em https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-A3XG8T/1/disserta_o_vers_o_final_para_a_gr_fica__17_06.pdf Acesso em 26. Jan. 2020.

CASTILHO, Maria Augusta de ARENHARDT, Mauro Mallmann. LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. Cultura e identidade: os desafios para o desenvolvimento local no assentamento Aroeira, Chapadão do Sul, MS. In: INTERAÇÕES, Campo Grande, v. 10, n. 2, p. 159-169, jul./dez. 2009. Disponível em
<<http://www.scielo.br/pdf/inter/v10n2/v10n2a04.pdf>> Acesso em 23. Jan. 2020.

CASTRO, Claudiana Y. A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO CULTURAL. Disponível em
<<https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/gt5-a-importancia.pdf>> Acesso em 20. Jan. 2020.

CATENACCI, Vivian. CULTURA POPULAR: entre a tradição e a transformação. In: São Paulo em Perspectiva, vol.15 no.2 São Paulo Abr./Jun 2001. Disponível em
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000200005>
Acesso em 20. Jan. 2020.

CHAGAS, Miriam de Fátima. A política do reconhecimento dos "remanescentes das comunidades dos quilombos". In: Horizontes Antropológicos vol.7 no.15 Porto Alegre July 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832001000100009> Acesso em 28. Jan. 2020.

COLÉGIO ARQUIDIOCESANO DE OURO PRETO. VISITA ORIENTADA AO MUSEU DA INCONFIDÊNCIA: Patrimônio Histórico e Cultural – 30/09/2015. Disponível em <<http://arquidiocesano.com/11338/visita-orientada-ao-museu-da-inconfidencia/>> Acesso em 20. Jan. 2020

CORÁ, Maria Amelia Jundurian. Políticas públicas culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais. In: Revista de Administração Pública. vol.48 no.5 Rio de Janeiro

Set./Out. 2014. Disponível em
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122014000500002>
Acesso em 28. Jan. 2020.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza. Introdução a geografia do turismo. São Paulo: Roca, 2001.

FERREIRA, Victor. Livro Didático: **Patrimônio Cultural e Natural.** Palhoça: UNISUL Virtual, 2011. 161 p.

FERRON, Fabio Maleronka. ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Cultura e política: a criação

do Ministério da Cultura na redemocratização do Brasil. In: Tempo Social, vol.31 no.1 São Paulo Jan./Abr. 2019. Disponível em
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702019000100173>
Acesso em 23. Jan. 2020

GODOY, Elenilton Vieira; SANTOS, Vinício de Macedo. Um olhar sobre a cultura. In: Educação em Revista vol.30 no.3 Belo Horizonte Jul/Set. 2014. Disponível em
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982014000300002>
Acesso em 31. Mar. 2020.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Vendo o passado: representação e escrita da história. In: Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material. vol.15 no.2 São Paulo Jul/Dez. 2007. Disponível em
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142007000200002>
Acesso em 10. Mar. 2020

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2004

HALL, Stuart. A identidade cultural da pós-modernidade. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 10ª Edição, 2006.

HUYSEN, Andreas. Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia. Rio: Aeroplano, 2000.

INSTITUTO ESTRADA REAL. Roteiros Planilhados: Lavras Novas / Itatiaia (CAMINHO NOVO). Disponível em
<<http://www.institutoestradareal.com.br/roteiros/novo/49>> Acesso em 26. Fev. 2020

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. In: Cadernos de Pesquisa no.118 São Paulo Mar. 2003. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742003000100008>

Acesso em 26. Fev. 2020

LIMA, Carolina de Souza. Modelagem do potencial geoturístico dos distritos do município de Ouro Preto - MG [manuscrito] 2015. XVI, 96 f., Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências. Disponível em <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/IGCM-A6RM85/1/carolina_lima.pdf.

LUCCHESI, Marco. Democracia e diversidade. In: REVISTA IHU ON-LINE. Disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/516984-democracia-e-diversidade>> Acesso em 12. Fev. 2020

LUCENA, Carlos; Previtali, Fabiane Santana; Lucena Lurdes. A crise da democracia brasileira – Volume I –. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

MOTTA, Lia; REZENDE, Maria Beatriz. Inventário. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (termo-chave Inventário). ISBN 978-85- 7334-299-4.

MEDEIROS, Wendell Lima Lopes. A ATIVIDADE DO ECOTURISMO COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE. Dissertação Mestrado em Direitos Sociais. Escola de Direito PUC/SP. São Paulo – SP. 2006. Disponível em <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp011781.pdf>> Acesso em 15. Jan. 2020.

MELO, Alessandro de. CARDOZO, Poliana Fabiula. PATRIMÔNIO, TURISMO CULTURAL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL. In: Educ. Soc., Campinas, v. 36, nº. 133, p. 1059-1075, out.-dez., 2015 1059Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v36n133/1678-4626-es-36-133-01059.pdf>> Acesso em 08. Jan. 2020.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE DO BRASIL. Educação Ambiental > Política Nacional de Educação Ambiental. Disponível em <<https://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/pol%C3%ADtica-nacional-de-educac%C3%A3o-ambiental.html>> Acesso em 17. Mar. 2020

MINISTÉRIO DO TURISMO. Brasil tem 13 Atrativos Históricos Considerados Patrimônio Cultural da Humanidade. Publicado em 16. Jul. 2016. Disponível em <<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/6508-brasil-tem-11-atrativos-hist%C3%B3ricos-considerados-patrim%C3%B4nio-cultural-da-humanidade.html>> Acesso em 08. Jan. 2020.

MOREIRA, Leonardo Maciel; MARANDINO, Martha. O teatro em museus e centros de ciências no Brasil. In: História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.22, supl., dez. 2015, p.1735-1748. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v22s0/0104-5970-hcsm-22-s1-1735.pdf>> Acesso em 20. Jan. 2020

MOREIRA, Norma Suely Lima. Cidadania e gestão de preservação do patrimônio histórico público sociocultural: o caso do Engenho do Murutucu em Belém do Pará (Dissertação Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano). Belém, 2010. 121 f. Disponível em <<http://www6.unama.br/mestrado/desenvolvimento/attachments/article/57/Cidadania%20e%20gest%C3%A3o%20de%20preserva%C3%A7%C3%A3o%20do%20patrim%C3%B4nio%20hist%C3%B3rico%20p%C3%ABlico%20s%C3%B3ciocultural;%20o%20caso%20do%20Engenho%20do%20Murucut%C3%BA%20em%20Bel%C3%A9m%20do%20Par%C3%A1.pdf>> Acesso em 10. Mar. 2020.

NATARELLI, Talita. A CULTURA DO POVO E PARA O POVO: DIREITO FUNDAMENTAL ERRADICADO. In: Cadernos de Campo n°. 16 (2012). Disponível em <<https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/viewFile/7316/5178>> Acesso em 15. Abr. 2020.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, n. 10. São Paulo, dez.-1993.

OLIVA, Lázaro I Rodríguez. O recurso do recurso? Diversidade cultural, políticas culturais e integração da América Central. In.: Dimensões e desafios políticos para a diversidade cultural / Paulo Miguez, José Márcio Barros, Giuliana Kauark (Organizadores); [apresentação Gilberto Gil]. - Salvador : EDUFBA, 2014. 287p.

OLIVEIRA, Genoveva. **O museu como um instrumento de reflexão social**. In Varia Nº 2, 2013. Disponível em <<https://journals.openedition.org/midas/222>> Acesso em 28. Jan. 2020.

OLIVEN, Ruben George. **CULTURA E MODERNIDADE NO BRASIL**. In: São Paulo em Perspectiva vol.15 no.2 São Paulo Abr./Jun 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000200002> Acesso em 08. Jan. 2020.

PELEGRINI, Sandra C. A.. **Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental**. In: Revista Brasileira de História. vol.26 no.51 São Paulo Jan./June 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000100007> Acesso em 12. Fev. 2020.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A crise financeira global e depois: um novo capitalismo?*** In: Novos estudos CEBRAP no.86 São Paulo Mar. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000100003> Acesso em 26. Fev. 2020.

PINHEIRO, Carolina Vasconcelos; **MORAES**, Edilaine Albertino de. **TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: REFLETINDO SOBRE AS RELAÇÕES DE HOSPITALIDADE NA SERRA DO BRIGADEIRO – MG/BRASIL**. In: Seminário Nacional de Turismo e Cultura (1. : 2016 : Brasília, DF). Anais / Organizadores: João Freitas, Renata Abreu, Rômulo Duarte, Thaís Costa; Apoio: Universidade Federal Fluminense. – Brasília: Ministério da Cultura; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016. Disponível em <<http://culturadigital.br/visiteacasaderuibarbosa/files/2016/08/Anais-do-I-Semin%C3%A1rio-Nacional-de-Turismo-e-Cultura.pdf>> Acesso em 23. Jan. 2020.

POLLAK, Michael. **“Memória e identidade social”**. In: Estudos Históricos, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992.

POMPEU, Helga Maria Costa Freitas. **Narrativas e o lugar: sobre o artesanato tradicional da Renda Turca de Bicos de Sabará** (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG: 26-Ago-2016 Disponível em <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/MMMDB2JHUY/1/pompeu_narrativas_e_o_lugar_ano2016.pdf> Acesso em 24. Mar. 2020.

PORTAL EDUCAÇÃO. Cartas Patrimoniais. Disponível em <<https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/cotidiano/cartas-patrimoniais/61157>> Acesso em 23. Jan. 2020.

PORTAL G1. Brasil tem diferentes 'tipos' de folia durante o carnaval. 17/02/2017. Disponível em <<https://g1.globo.com/turismo-e-viagem/descubra-o-brasil/noticia/brasil-tem-diferentes-tipos-de-folia-durante-o-carnaval.ghtml>> Acesso em 23. Jan. 2020

PORTAL OURO PRETO. Santo Antônio do Salto será a referência da culinária típica em agosto. Publicado em 08/08/2019. Disponível em <<http://www.ouropreto.com.br/noticia/2781/santo-antonio-do-salto-sera-a-referencia-da-culinaria-tipica-em-agosto-2>> Acesso em 15. Abr. 2020

PORTAL OURO PRETO. Dados Gerais de Ouro Preto – MG. Disponível em <<https://www.ouropreto.com.br/dados-gerais>> Acesso em 15. Abr. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO. Distrito de Santo Antônio do Salto. Disponível em <<https://www.ouropreto.mg.gov.br/distrito/11>> Acesso em 31. Mar. 2020

RANGEL, Tauã Lima Verdan. Meio ambiente cultural e desenvolvimento econômico: o uso dos bens ambientais culturais no ecoturismo. In: Revista Âmbito Jurídico (on line). Disponível em <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-ambiental/meio-ambiente-cultural-e-desenvolvimento-economico-o-uso-dos-bens-ambientais-culturais-no-ecoturismo/>> Acesso em 17. Mar. 2020.

REPÚBLICA PORTUGUESA. Centro Histórico de Ouro Preto. Disponível em <<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-mundial/origem-portuguesa/centro-historico-de-ouro-preto/>> Acesso em 15. Abr. 2020.

REZENDE, Ricardo de Oliveira As pesquisas sobre turismo, hospitalidade e lazer submetidas ao sistema de revisão ética de pesquisas com seres humanos no Brasil. Turismo & Sociedade (ISSN: 1983-5442). Curitiba, v. 7, n. 4, p. 651-672, outubro de 2014. Disponível em <<https://revistas.ufpr.br/turismo/article/download/36284/25648>> Acesso em 15. Abr. 2020

ROCHA, Thaíse Sá Freire. Refletindo sobre memória, identidade e patrimônio: as contribuições do programa de Educação Patrimonial do MAEA-UFJF. In: XVIII Encontro Regional (ANPUH-MG). Mariana, julho/2012. Disponível em

<https://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340766055_ARQUIVO_Artigo-Anpuh.pdf> Acesso em 26. Fev. 2020.

SALAINI, Cristian Jobi; GRAEFF, Lucas. A respeito da materialidade do patrimônio imaterial: o caso do INRC Porongos. In: Horizontes Antropológicos. vol.17 no.36 Porto Alegre Jul/Dez. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832011000200008> Acesso em 15. Jan. 2020.

SANTOS, Manoel Antônio dos. et. al. Corpo, saúde e sociedade de consumo: a construção social do corpo saudável. In: Saúde e Sociedade. vol.28 no.3. São Paulo July/Sept. 2019 Epub Oct 07, 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902019000300239&script=sci_arttext&tlng=pt> Acesso em 05. Fev. 2020.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO ESTADO DE ALAGOAS. Patrimônio Cultural: o que é? Disponível em <<http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-acoes/patrimonio-cultural/principal/textos/patrimonio-cultural-o-que-e>> Acesso em 15. Jan. 2020

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E PATRIMÔNIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO. In: Processo de Inventário do patrimônio Cultural e natural do distrito de Santo Antônio do Salto. PMOP, 2008.

SILVA, Angela. Impacto do turismo sobre o patrimônio histórico-cultural de Ouro Preto e Mariana. In: Jus Navigandi. (Publicado 05/2010). Disponível em <<https://jus.com.br/artigos/14910/impacto-do-turismo-sobre-o-patrimonio-historico-cultural-de-ouro-preto-e-mariana/2>> Acesso em 05. Fev. 2020

SILVA, Isabel de Oliveira e. NASCIMENTO, Maria Cristina Dias. Turismo Pedagógico: uma Estratégia para o Ensino de História e Educação Patrimonial. In: IV SeminTUR – Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL. Universidade de Caxias do Sul – Mestrado em Turismo. Caxias do Sul, RS, Brasil – 7 e 8 de julho de 2006. Disponível em <https://www.ucs.br/ucs/tplSemMenu/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_4/arquivos_4_seminario/GT08-9.pdf> Acesso em 15. Jan. 2020.

SINGLY, François de. A Apropriação da Herança Cultural. In: Educação e Realidade, 34(1): 9-32 jan/abr 2009. Disponível em

<<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/download/8455/4920>> Acesso em 08. Jan. 2020.

SITE MEDIUM. O Egito e o seu (ainda) esplêndido Patrimônio Histórico—Parte 1. In: História em Rede. Publicado em 10 Abr, 2019. Disponível em <<https://medium.com/@historiaemrede/o-egito-e-o-seu-ainda-espl%C3%AAndido-patrim%C3%B4nio-hist%C3%B3rico-parte-1-b1a4b0c02c8a>> Acesso em 15. Abr. 2020.

SITE OURO PRETO. Ao contrário do que é dito por muitos em Ouro Preto, e tentam fazer disso um senso comum, a vocação natural do município não é o turismo. Publicado em 11/11/2019. Disponível em <<http://www.ouropreto.com.br/noticia/2851/ao-contrario-do-que-e-dito-por-muitos-em-ouro-preto-e-tentam-fazer-disso-um-senso-comum-a-vocacao-natural-do-municipio-nao-e-o-turismo>> Acesso em 10. Mar. 2020.

SITE OURO PRETO. Minas Gerais: Passeios em Ouro Preto – Santo Antônio do Salto. Disponível em <<https://ouropreto.org.br/passeios/minas-geraishttps://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/download/4194/2817>> Acesso em 15. Abr. 2020.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida; COSTA, Wilma Peres. FORMAÇÃO DOCENTE, HISTÓRIA, MEMÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: OS DESAFIOS PARA A PRODUÇÃO DE NOVAS PRÁTICAS EDUCATIVAS. In: Patrimônio e história / organizadores LEAL, Elisabete. PAIVA, Odair da Cruz. Londrina: Unifil, 2014. 240 p. unifil.br/porta1/images/pdf/documentos/livros/patrimonio-e-historia.pdf> Acesso em 15. Abr. 2020.

UNESCO. Convenção Relativa às Medidas a Serem Adotadas para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e Transferência de Propriedades Ilícitas dos Bens Culturais, Paris, 12-14 de novembro de 1970. Disponível em <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000160638>> Acesso em 28. Jan. 2020

UNESCO. Historic Town of Ouro Preto. Disponível em <<https://whc.unesco.org/en/list/124/>> Acesso em 15. Jan. 2020

UNESCO. Kit “Patrimônio Mundial nas Mãos dos Jovens”. Comissão Nacional da UNESCO Portugal. Novembro de 2012. Disponível em <<http://whc.unesco.org/uploads/activities/documents/activity-54-30.pdf>> Acesso em 23. Jan. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. Projeto Pedagógico do Mestrado Acadêmico Interdisciplinar em Turismo e Patrimônio. Ouro Preto, 2019. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação Escola de Direito, Turismo e Museologia. Disponível em <http://www.soc.ufop.br/public/files/RESOLUCAO_CEPE_7767_ANEXO_0.pdf> Acesso em 23. Jan. 2020

ZANIRATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. In: Revista Brasileira de História vol.26 no.51 São Paulo Jan./Jun 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000100012> Acesso em 24. Mar. 2020.